

AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS

EMPODERAR E CAPACITAR PARA DEFENDER OS DIREITOS HUMANOS

DOSSIÊ

Conhecer os direitos para os defender e reivindicar

COMÉRCIO JUSTO

Comprar e respeitar os Direitos Humanos

ACADEMIA AMNISTIA

Educação como ferramenta de capacitação



08

Dossiê: Empoderar e capacitar para defender os direitos humanos



26

Comprar e respeitar os Direitos Humanos



22

O empoderamento das mulheres ciganas nas suas várias vertentes



28

Projeto - Plataforma de Direitos Humanos



44

Grande Entrevista: “A capacitação como um processo holístico para o empoderamento”



48

À Lupa: Israel/TPO – Apartheid do Estado de Israel contra palestinianos



Foto de capa:
© Jackson David Oficial

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Amnistia Internacional Portugal

Diretor: Pedro A. Neto

Equipa Editorial:

Direção - Paulo Fontes

Coordenação - Irene Rodrigues

Gráfismo - Paulo Tavares

Paginação - César Rodrigues

Colaboram neste número: Ana Patrícia Cardoso, Augusto Freitas de Sousa, Francisco Colaço Pedro, Joana Dias, João Garrinhas, José Alexandre Silva, Miguel Ferreira, Margarida Oliveira, Sílvia Carvalho d'Almeida, Sofia Craveiro e Sónia Santos Dias.

Revisão: José Alexandre Silva e Guilherme Malaquias

Impressão: Gráfica Central de Almeirim, Lda.

**AMNISTIA
INTERNACIONAL**



CONTACTOS

Amnistia Internacional Portugal
Rua dos Remolares, 7 - 2.º
1200-370 Lisboa

aiportugal@amnistia.pt

revista@amnistia.pt



www.amnistia.pt



facebook.com/amnistiapt



twitter.com/AmnistiaPT



instagram.com/amnistiapt

EDITORIAL

PAULO FONTES

Diretor de Comunicação e Campanhas

Quando o desafio é imenso, cada pessoa conta.

“Se dermos um peixe a alguém, isso é alimento por um dia, se ensinarmos uma pessoa a pescar, é permitir que se alimente por toda a vida”. Este conhecido provérbio, de origem desconhecida (apesar de comumente atribuído ao filósofo chinês Lao-Tsé), muito fala sobre a importância do empoderamento.

Durante anos as organizações da sociedade civil fizeram uma transição no seu modo de atuação perante os rightsholders (pessoas com quem trabalham), centrando-a mais no empoderamento, autossuficiência e na promoção de programas mais sustentáveis.

Empoderar e capacitar está fortemente ligado com a educação para os direitos humanos, uma das principais áreas de trabalho da Amnistia no que respeita à formação do ativismo, que se quer crítico, informado e completo.

Estamos a meio caminho do tempo definido para se atingirem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030, mas longe de chegar sequer a metade das metas definidas. Precisamos de fazer mais e melhor, de criar um novo modelo global mais inclusivo, que coloque um fim na pobreza (uma das maiores raízes de vulnerabilidade e abusos de direitos humanos), que promova a prosperidade e o bem-estar

sustentável e que proteja o ambiente que nos rodeia e do qual somos também parte.

Os desafios que se nos colocam são enormes e não nos podemos dar ao luxo de não poder contar com todas as pessoas. Precisamos de saber valorizar o contributo de todas as gerações, e o seu importante papel, desde os mais velhos aos mais novos. Perder jovens para a marginalidade é perder alguém importantíssimo para um mundo melhor, e por isso as palavras-chave têm que ser capacitação, recuperação, reinserção. Precisamos também de pessoas de todas as franjas da sociedade. Por isso, tão importante a capacitação e reintegração na sociedade e no mercado de trabalho de pessoas em situação de sem-abrigo. Tão importante também são programas que empoderem pessoas que, por diversas situações, se veem privadas do acesso aos direitos mais básicos, como a saúde, a educação ou a habitação.

O fenómeno da interseccionalidade – ou múltipla discriminação amplifica exponencialmente a vulnerabilidade à marginalização e a abusos de direitos humanos. Esta combinação de dois ou mais fundamentos de discriminação, como o sexo, a idade, etnia, religião, orientação sexual, deficiência, cria um conjunto de clivagens que é urgente eliminar.



CALENÁRIO DE ATIVISMO

MAI

18

Aniversário da **Amnistia Internacional Portugal**

28

Aniversário da **Amnistia Internacional**

JUN

20

Dia Mundial do **Refugiado**

26

Dia Internacional de **Apoio às Vítimas de Tortura**

A complexidade deste fenómeno, por ter diversas camadas de clivagem, é também um desafio para o qual é preciso unir esforços de trabalho nas diversas áreas dos direitos humanos. Surgem assim projetos que procuram fortalecer e empoderar pessoas para que sejam elas próprias as melhores construtoras de soluções, mas também projetos que promovem a atuação das organizações de direitos humanos nas mais diversas áreas de ação – e em união de esforços. É por todo o mundo os desafios de direitos humanos permanecem e nos alertam para a necessidade e urgência da ação, desde os Territórios Palestinos Ocupados ao Cazaquistão, do Burundi à Nigéria, da Ucrânia à Etiópia. Urge a nossa ação e comprometimento pelos direitos humanos e pela humanidade.





A política sistemática de repressão na Venezuela, instaurada pelo governo de Nicolás Maduro, tem-se apoiado numa clara coordenação entre a estigmatização pública, “com mensagens emitidas por meios de comunicação social com ligações ao Estado, e as detenções arbitrárias politicamente motivadas”. Esta correlação é um “novo indicador” e aponta para “um crime contra a humanidade, de perseguição”, salienta Erika Guevara-Rosas, diretora para as Américas da Amnistia Internacional.

Alicerçadas numa investigação conjunta da Amnistia Internacional com o Foro Penal e o Centro para los Defensores y la Justicia (CDJ) – duas organizações de direitos humanos sediadas em Caracas –, as conclusões são, por isso, partilhadas por Marianna Romero, diretora geral da CDJ, que assume: “Esta investigação evidencia claramente como a estigmatização se fundamenta na lógica de que existe um inimigo interno e acaba por se materializar em atos de violência e perseguição por parte do Estado”. Da mesma forma, Gonzalo Himiob, diretor do Foro Penal, é taxativo: “Segundo os resultados obtidos, não há dúvida que existe uma relação estreita entre agentes do Estado venezuelano, meios de comunicação social públicos e privados, e ataques contra defensores dos direitos humanos, que não devem ficar impunes”.



JUNTOS
PELA PAZ



CHILDREN LIVE
IN UKRAINE

RUSSIA: STOP
VIOLATING
INTERNATIONAL
HUMANITARIAN LAW

RESPEITO PELO
DIREITO
INTERNACIONAL
HUMANITARIO

DEFESA D
DIREITOS
HUMANOS

RUSSIA: STOP
INDISCRIMINATE
ATTACKS
ON CIVILIAN AREAS

PROTEÇÃO DE
OS CIVIS

PROTECT
CIVILIANS IN
UKRAINE

PELA DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS DE
TODOS OS CIVIS NA
UCRÂNIA

PELA DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS DE
TODOS OS CIVIS NA
UCRÂNIA

RUSSIA: RESPECT
INTERNATIONAL
HUMANITARIAN LAW

OS TEMOS
DIREITO A VIVER
SEGURANÇA

PELA DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS DE
TODOS OS CIVIS NA
UCRÂNIA

OS TEMOS
DIREITO A VIVER
SEGURANÇA

PELA DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS DE
TODOS OS CIVIS NA
UCRÂNIA



© Amnistia Internacional Portugal

Foi no passado dia 24 de fevereiro que o mundo acordou com a notícia da invasão e do bombardeamento da Ucrânia pela Rússia. Uma decisão unilateral e sem explicação que chocou o mundo e fez despertar a Europa para uma realidade diferente, a de ter mais uma guerra nas suas fronteiras.

Ao longo destas semanas, a Amnistia Internacional tem estado no terreno e realizado investigações que mostram, e provam, que a Rússia tem feito vários ataques de forma indiscriminada, atingindo alvos civis e infraestruturas protegidas, como são as escolas, as maternidades e os hospitais, que colocaram em perigo a vida de milhares de pessoas e causaram muitas vítimas mortais de civis, entre elas crianças.

Mais do que qualquer outra coisa, a Amnistia Internacional insta a que seja garantido por todas as partes o respeito total e inquestionável pelo Direito Internacional Humanitário (“direito da guerra”) e pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos, que se traduz no total respeito e proteção das vidas civis, casas e infraestruturas. Pugnamos também por uma investigação do Tribunal Internacional Penal aos eventuais crimes de guerra cometidos pelo exército russo.



We

We
are

are

EQUA

DOSSIÊ

TOMAR CONSCIÊNCIA DOS DIREITOS É VITAL PARA PROMOVER OS DIREITOS HUMANOS

O conhecimento nas suas múltiplas expressões é a base para a percepção de cada um sobre o seu lugar na vida, na comunidade e no mundo. Imprime também a consciência dos direitos humanos, capacitando para o respeito pelos direitos dos outros e para a reivindicação dos seus. O conhecimento e a capacitação estão assim na base para a defesa dos direitos humanos.

Estamos em 2022, a apenas oito anos da meta dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estipulados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Compromissos de toda a humanidade para acabar com a pobreza, com a fome e com as desigualdades sociais e violações de direitos humanos que assolam o planeta. No fundo, para capacitar todos para uma vida digna.

A Agenda 2030, lançada em 2015, resultou do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo para criar um novo modelo global que acabe com a pobreza, promova a prosperidade e o bem-estar de todos, proteja o ambiente e combata as alterações climáticas. Trata-se de uma tomada de consciência global da necessidade e mudar o curso que a humanidade estava (e continua) a levar.

Porém, aqui chegados a meio caminho, segundo a ONU, mais de 700 milhões de pessoas, ou 10% da população mundial, ainda vivem em pobreza extrema, sem acesso a necessidades básicas, como saúde, educação, água e saneamento, etc. Mas ter trabalho também não é garante de uma vida digna, pois 7,1% dos trabalhadores empregados e respetivas famílias, em todo o mundo, viviam em pobreza extrema em 2019. A pandemia, que há dois anos assola o mundo, não veio ajudar a atingir o objetivo de erradicar, ao empurrar mais 70 milhões de pessoas para a pobreza extrema.

Na área da educação, perto de um quinto das crianças continua sem acesso à escola. A pandemia empurrou ainda mais jovens para a iliteracia, com consequências gravosas para a sua vida e para a sua capacitação. Segundo



© Markus Spiske on Unsplash

a UNICEF, cerca de 168 milhões de crianças em todo o mundo não tiveram acesso à escola quando estas instituições estiveram completamente fechadas durante quase um ano inteiro devido aos confinamentos para conter a COVID-19. Neste cenário, cerca de 214 milhões de crianças em todo o mundo – ou 1 em 7 – perderam mais de três quartos de sua aprendizagem neste período. Entre 2018 e 2020, nasceram, por ano, entre 290 mil e 340 mil crianças em famílias de refugiados, o que significa que perto de um milhão de crianças nasceram como refugiadas, não beneficiando de todas as ferramentas a que deveriam ter direito para construir uma vida digna.

Falamos das crianças que, não tendo acesso à educação, crescem no desconhecimento e sem ferramentas para perceberem os seus direitos e para lutar por eles. Mas podemos falar também de igualdade de género, como um direito humano fundamental e basilar para um mundo pacífico, próspero e sustentável, que se pretende atingir em 2030. Apesar dos progressos das últimas décadas, com mais meninas a irem à escola, menos meninas a serem forçadas a casar, ou com a implementação de leis promotoras de igualdade de género, ainda há muito a fazer e, mais uma vez, a pandemia empurrou as mulheres para a margem. Este período fez a paridade entre homens e mulheres recuar uma geração, segundo o ranking 'Global Gender Gap Report 2021', publicado pelo Fórum Económico Mundial.

Mas podemos falar também de jovens e menos jovens empurrados para a delinquência, em virtude da pobreza e da falta de perspetiva de mudança de vida. Por tudo isto e muito mais, é preciso espalhar conhecimento, capacitar as pessoas e dar-lhes ferramentas para definirem e alcançarem objetivos. E, cada vez mais, sobretudo tendo por base a meta dos 17 ODS, é preciso criar e apoiar



© Matthew TenBruggencate on Unsplash

projetos que promovam a capacitação dos mais desfavorecidos.

EDUCAR PARA SABER AGIR

Mas, para que algo seja feito, o primeiro passo passa pela tomada de consciência de cada um de que tem valor e pode rentabilizar esse valor. E reconhecer o mesmo nos seus pares. Por isso, difundir a consciência dos direitos humanos junto da população, numa linguagem que lhes é compreensível, é vital para criar uma cultura de direitos humanos. Pois, caso não estejam cientes dos seus direitos e dos seus pares, as pessoas não conseguirão protegê-los ou procurar fazer algo para atingir esse objetivo. Segundo a ONU, as sociedades que protegem e promovem os direitos humanos para todos são mais resilientes, mais bem equipadas para enfrentar crises inesperadas, como pandemias e os impactos das alterações climáticas.

Diversas organizações humanitárias e da sociedade civil trabalham em todo o mundo para defender e promover os direitos humanos, pois cada cidadão que toma consciência dos seus direitos é mais um promotor capacitado para

lutar. Isto é especialmente importante em comunidades desfavorecidas e que precisam de apoio para se erguerem na sociedade. Falamos de capacitar para a inclusão e reinserção de delinquentes juvenis, de capacitar pessoas em situação de sem abrigo, de capacitar mulheres das comunidades ciganas a formarem o seu próprio negócio, de capacitar pessoas que formaram associações de moradores em bairros degradados para lutar contra os desalojamentos, de capacitar pequenos produtores através do comércio justo, de capacitar também pela educação para os direitos humanos, como por exemplo o faz a Academia Amnistia, etc.

Capacitar comunidades mais desfavorecidas passa por um trabalho de toda a sociedade. No caso da comunidade cigana, por exemplo, acabar com a sua discriminação na sociedade implica trabalhar em conjunto com a população para que sejam agentes ativos para a mudança. Passa também por um trabalho a ser feito em conjunto com o Estado, organizações não-governamentais, instituições de solidariedade social e Associações Ciganas. Nesta linha, já em 2022, em Portugal, um novo Programa de Apoio ao Associativismo

Cigano 2022, promovido pelo Alto Comissariado para as Migrações, vai apoiar financeiramente projetos de combate à discriminação e sensibilização da opinião pública, que promovam a formação sobre cidadania, bem como o conhecimento da história, língua e cultura ciganas. Esta 5.^a edição do programa continua a apostar nas estratégias de empoderamento das mulheres ciganas, promovendo a igualdade de género e/ou conciliação da vida profissional, pessoal e familiar nesta comunidade. Este é apenas um exemplo. Mas projetos desta natureza replicam-se e são essenciais em todo o mundo para capacitar as pessoas para se erguerem na vida.

MAIS CAPACITAÇÃO, MAIS IGUALDADE

Os direitos humanos, incluindo os direitos económicos, sociais e culturais, bem como o direito ao desenvolvimento e o direito a um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável são fundamentais para a construção de uma nova economia baseada nos direitos humanos que apoie um ambiente melhor, mais justo e mais sustentável.

Uma economia baseada nos direitos humanos deve ser a base de um novo contrato social. Tudo isto se cruza com o cumprimento dos ODS das Nações Unidas. Melhorar a vida quotidiana das pessoas, sem deixar ninguém para trás, está no centro da Agenda de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas com as suas metas para 2030.

Por tudo isto, lutar pelos direitos humanos e pela sua valorização está ao alcance de todos. Não é uma tarefa apenas de especialistas e estudiosos do assunto. Qualquer pessoa pode defender os seus direitos e os daqueles que estão à sua volta, pois em todos os países, ricos ou pobres, existem sempre comunidades mais desfavorecidas. Basta tomar consciência, ter empatia pelo próximo e querer fazer deste um mundo melhor.

A importância da reinserção de jovens na sociedade

Perder um jovem para a marginalidade é perder um ativo importante que poderia fazer deste um mundo melhor. A capacitação destes jovens para os reinserir em sociedade tem-se mostrado uma ferramenta de sucesso na prossecução deste objetivo. O Centro Educativo Navarro Paiva, em Lisboa, é disso exemplo.

A Lei Tutelar Educativa considera delinquência juvenil como a prática de um ato qualificado como crime por jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos. Nomeadamente, quando estes jovens cometem crimes de ofensa à integridade física, ameaça e coação, violação de domicílio, crimes contra o património, violação, devassa por meios informáticos, entre outros configurados na lei.

A delinquência juvenil emerge sobretudo em sociedades ou ambientes onde os jovens sentem na pele as dificuldades de acesso igualitário às oportunidades existentes na sociedade, entrando muitas vezes por esta via no mundo do crime. Nestas circunstâncias, a sociedade como um todo deve atuar para trazer estes jovens de volta à convivência cordial e dentro das normas aceites. Neste sentido, de acordo com as Diretrizes de Riad, as linhas orientadoras das Nações Unidas para a prevenção da delinquência juvenil, adotadas em assembleia-geral da ONU em 1990, a prevenção da delinquência juvenil é uma parte essencial da prevenção do crime na sociedade. Pois ao realizarem atividades lícitas e socialmente úteis e adotando uma orientação humanista em relação à sociedade e visão de vida, os jovens podem desenvolver atitudes longe do crime, evoluindo como seres

humanos e contribuindo positivamente para a comunidade.

O êxito da prevenção da delinquência juvenil requer esforços de toda a sociedade para assegurar o desenvolvimento harmonioso dos adolescentes, com respeito e promoção da sua personalidade desde a primeira infância, defendem as Diretrizes de Riad. A educação e a capacitação dos jovens com ferramentas essenciais surgem como motores para a reinserção em sociedade nos moldes socialmente aceites.

A EXPERIÊNCIA DE UM CENTRO EDUCATIVO

Focando o assunto em Portugal, o último Relatório Global de Segurança Interna, relativo ao ano de 2020, observa uma tendência de descida na prática destes crimes pelos jovens em Portugal. Assim, no ano, de 2020, foram registados 1044 casos, uma descida de -33,4% relativa ao ano anterior (2019). Destaca-se ainda uma grande diferença em relação aos dados de 2010, quando foram registados 3880 casos.

Muitos destes jovens, entre os 12 e os 16 anos, vão a tribunal onde lhes são administradas medidas titulares educativas, que podem ir desde a simples admoestação formal até à



© Pexels/RODNAE Productions

medida mais gravosa, nomeadamente o internamento em centro educativo. É o que acontece no Centro Educativo Navarro Paiva, em Lisboa, que recebe rapazes e raparigas, que poderão ficar em regime de internamento aberto, semiaberto ou fechado. Ou seja, no regime aberto, têm autorização para sair para estudar ou trabalhar no exterior, usufruir de fins de semana ou de momentos lúdicos; no caso do regime semiaberto os jovens têm a possibilidade, mediante o seu comportamento, de passar fins de semana ou férias fora do centro; e, por fim, no regime fechado, os jovens não podem sair do recinto a não ser para se deslocarem ao tribunal, a um estabelecimento de saúde ou no caso de falecimento de um familiar.

«O principal objetivo do centro educativo é que quando os jovens saem daqui, consigam inserir-se na comunidade e, acima de tudo, que não voltem a reincidir no crime», explica José Amaro, diretor do Centro Educativo Navarro Paiva, à AGIR.



Neste sentido, todo o plano educativo é desenhado para dar competências e capacitar os jovens para este fim. Desde as competências escolares e de formação profissional até outras de convivência em sociedade, relacionamento com outros, saber ir ao supermercado, cuidar de si, saber cozinhar, etc. «Nós organizamos todas as dinâmicas do centro educativo de forma que possamos dar aos jovens competências e ferramentas para que, quando saírem, possam utilizá-las cá fora. Daí que toda a manifestação educativa está rigorosamente organizada desde que eles se levantam até que eles se deitam», acrescenta o diretor.

Em termos educativos, os jovens poderão obter neste centro os graus de 6º e 9º anos, eventualmente alguns poderão estudar em escolas no exterior, mediante o seu regime de internamento. E poderão especializar-se em alguns cursos profissionais, tais como instalação e reparação de computadores, estética e beleza, operador de jardinagem ou ajudante de cozinha.

Mas, para além das competências escolares e profissionais, é crucial dotar estes jovens de ferramentas emocionais e psicológicas e neste sentido participam também em diversos programas no decorrer da sua permanência no centro. Exemplo disso é um programa específico chamado Gerar Percursos Sociais (GPS), um programa formal de psicologia validado por várias universidades, onde são trabalhadas a gestão das emoções, os comportamentos violentos, etc.

O voluntariado é outra das ferramentas a quem os técnicos recorrem para fomentar as competências sociais e emocionais destes jovens. Neste campo, é-lhes mostrado na prática que existem atividades positivas que eles podem fazer na sociedade, etc.

PROGRESSÃO RUMO À CAPACITAÇÃO

Tratando-se de um centro educativo, os jovens têm reuniões diárias onde são avaliados e tutorias quinzenais com um tutor responsável que acompanha toda

a progressão do jovem. «À medida que os jovens vão avançando, existe um sistema de faseamento e progressividade que tem a ver com os privilégios que eles vão adquirindo. Basicamente eles são divididos em quatro fases. A fase um é a fase de acolhimento, a dois é a fase de adaptação, a três é a fase de consolidação e a fase quatro é a fase de autonomia. Na primeira fase, independentemente do regime, os jovens não poderão sair do centro educativo a não ser para irem a tribunal ou a uma consulta médica. Portanto, só depois de passarem à fase dois é que poderão usufruir de saídas ao exterior, quer para ir à escola, quer para saídas lúdicas. E esta progressividade é feita tendo em conta o comportamento do jovem», explica José Amaro.

Recuperar jovens em risco e capacitá-los para a proatividade positiva na sociedade nem sempre é bem-sucedida. Contudo, no caso do Centro Educativo Navarro Paiva, o balanço tem sido positivo. A título de exemplo, os dados de 2020 mostram que a taxa de reincidência no crime ou de indícios de terem cometido crime nos dois anos seguintes à saída foi de 16%. Isto significa que a taxa de sucesso do programa educativo dos jovens foi de 84%. Relativamente à taxa de ajustamento social, que avalia como os jovens estão a integrar-se na sociedade, os números mostram que 54% estavam perfeitamente integrados e 21% com integração de risco. «É um trabalho hercúleo que envolve muita gente», refere José Amaro, que assinala que grande parte dos jovens chegam ao centro revoltados e injustiçados por se verem privados da sua liberdade e da vida a que estavam habituados. Porém, «há jovens que efetivamente acham que mudámos a sua vida e isso é muito importante para nós. Outros não e ficam zangados com o sistema porque ficaram privados da sua liberdade durante alguns meses ou anos. Mas, na globalidade, o feedback positivo supera muito o feedback negativo», finaliza o diretor do centro educativo.



DOSSIÊ

Restaurante em Lisboa emprega pessoas em situação de sem-abrigo

Começar de novo através de uma oportunidade de trabalho. É este o mote do projeto do “É UM RESTAURANTE”, onde a equipa é formada por pessoas que estão ou estiveram em situação de sem-abrigo.



Hoje é o primeiro dia de trabalho de Rita Mont, 53 anos, no “É UM RESTAURANTE”. Está nervosa, admite, mas com muita vontade de trabalhar porque, afinal, esta é a oportunidade para reconstruir a vida. Está no sítio certo porque a premissa do espaço é mesmo essa – capacitar pessoas em situação de sem-abrigo para o mercado de trabalho, dando-lhes uma hipótese de reintegração na sociedade. E uma oportunidade é tudo o que precisam, defende Américo Nave, diretor-executivo da Associação CRESCER, responsável pelo projeto. “Há dois mitos sobre as pessoas em situação de sem-abrigo que tentamos desmistificar. Primeiro, que não querem sair da rua e também que não querem trabalhar. É falso. As pessoas só precisam de um empurrão”, diz. O processo começa com uma formação de um mês na

Escola de Hotelaria e Turismo, seguido de seis meses de “*formação on the job*” (a trabalhar) na equipa do “É UM RESTAURANTE”. A partir daí, são encaminhados para restaurantes parceiros para estágio profissional. É atribuído a cada formando um gestor de caso, psicólogo ou assistente social, para que seja feito um acompanhamento em todas as frentes e para que se sintam apoiados pela CRESCER.

Quando o restaurante abriu portas em setembro de 2019, perto da Avenida da Liberdade, a expectativa era muita e os meses de arranque correram de feição. Mas 2020 trocou as voltas a toda a gente e a pandemia da COVID-19 obrigou-os a fechar portas - mas não baixaram os braços. Por sugestão dos formandos, passaram a distribuir refeições a outras pessoas em

situação de sem-abrigo na cidade de Lisboa. Chegaram a fazer 600 refeições diárias e a própria Câmara Municipal de Lisboa contratou-os, mais tarde, para esse serviço. E, mesmo durante a pandemia, conseguiram integrar 15 pessoas no mercado de trabalho, “um rescaldo positivo para uma área que foi tão afetada nos últimos dois anos”, considera Américo Nave. Em janeiro de 2022, com a situação pandémica aparentemente controlada, reabriram no formato inicial.

Bruno Costa, de 40 anos, fala com a Amnistia Internacional - Portugal antes de começar mais um turno de almoço. Está no “É UM RESTAURANTE” há um ano, entrou quando faziam refeições para fora. “Eu costumava parar ao pé do Pingo Doce, na Bela Vista. Quando me sugeriram a formação, disse logo que sim, não tinha mais nada. Imagino que se não estivesse aqui, continuava na rua”, conta. Gosta do que faz, sobretudo, do trabalho na cozinha. “Senteste útil, sabes?”. Rita sente o mesmo. Com mais de 50 anos, esta mãe de dois filhos adolescentes não conseguia trabalho há seis anos. Vive com o apoio da AVA (Associação Vida Autónoma) mas espera, em breve, poder contar com alguma autonomia. “Quero muito que resulte, apesar do meu medo de que as pessoas não queiram alguém mais velho. Mas eu ainda estou com muita genica para trabalhar”, confessa. Pertence à nova turma de formandos e tem algum tempo para ir ganhando confiança.

Os chefes de cozinha Nuno Bergonse (chef consultor que apadrinha o projeto desde o início), David Jesus (chef executivo) e José Agostinho, chefe de sala, conduzem a equipa que integra ao projeto. David Jesus está na cozinha a preparar mais um turno. Acompanhou todas as turmas, já ajudou a formar dezenas de pessoas na correria típica de um restaurante. “Aqui ganham-se hábitos de trabalho, rotinas essenciais para quem vai trabalhar para qualquer

lado nesta área. As pessoas vêm com motivação, querem aprender”, diz. A carta começou por ter um foco maior em petiscos, mas tem crescido e há pratos para todos os gostos. “Neste momento, apostamos no peixe, temos várias opções vegetarianas, como o risoto de abóbora, por exemplo, e os já famosos peixinhos da horta. As pessoas vão ficar surpreendidas”. Américo faz as contas às turmas do projeto: “são três turmas por ano, normalmente, de 25 pessoas cada. Mas vamos ter de aumentar este número muito em breve”. Não existe um critério rígido de admissão no programa. A média de idade está entre os 35 e 40 anos, sobretudo homens. 2022, se tudo correr como o previsto, será de expansão. Não só os restaurantes parceiros continuam a chamar pessoas, como também está prevista a abertura do “É UMA MESA”, um novo restaurante com capacidade para 200 pessoas, no bairro Padre Cruz. “Queremos desmistificar o perigo nestas zonas e empregar mais gente”, diz. Será de cozinha italiana e vai contar com uma agenda cultural. O “É UM RESTAURANTE” está aberto de terça-feira a sábado, ao almoço e ao jantar.



© Associação CRESCER



© Associação CRESCER



© Associação CRESCER



© Associação CRESCER



DOSSIÉ

Jamaika: últimos meses de um bairro quente e de casas frias

Um realojamento há 20 anos adiado: as moradoras do bairro da Jamaika, no concelho do Seixal, distrito de Setúbal, devem mudar-se para novas casas até ao verão. Para trás fica uma história de resiliência na pobreza, de apoio-mútuo entre vizinhos e de luta por habitação digna.

É domingo à tarde. O sol e a música são-tomense enchem o ar da Jamaika – como é conhecido o bairro de Vale de Chícharos, no Seixal. Frente a uma pequena casa, vizinhos conversam e partilham cerveja fresca. Pelo terreno descampado, crianças correm e brincam. Na sede da associação de moradores, decorre uma aula de português.

“Aqui na Jamaika está-se cá fora, vento na cara, e toda a gente que passa se cumprimenta”, conta animado Martinho Barros, que não passa um fim de semana sem vir ao bairro. “Conheço todos os que vieram, nasceram, partiram, morreram, desde aquela ponta até aquela!” Vivia no Lote 10, demolido em 2019, e a sua família foi uma das 64 já realojadas em casas espalhadas pelo município do Seixal. O realojamento das 234 famílias do

bairro já devia ter terminado, mas o disparar dos preços das casas, com a especulação imobiliária, interrompeu o processo que a Câmara do Seixal iniciou em 2017. Este ano, um contrato de comparticipação financeira com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana permite enfim prosseguir o processo.

“Até junho quero acreditar que os três lotes [que faltam] vão sair daqui”, diz Vanusa Coxi, valorizando o trabalho da câmara e da junta de freguesia de Amora. A moradora desdobra os dias entre dois trabalhos, cuidar dos sete filhos e dinamizar a Associação de Desenvolvimento Social de Vale de Chicharos. “Aqui, como em África, aprende-se muito o espírito de entreajuda, vizinho ajuda vizinho. É tudo feito com muita amizade, carinho e amor. Se às dez da noite me falta



um litro de leite, atum ou milho, ligo aos meus vizinhos e dizem-me ‘Bora, manda os miúdos vir cá buscar’”.

Por aqui, nunca os domingos foram tão calmos. “Os cafés traziam as pessoas. O bairro era um ponto de encontro, com muito barulho e movimento”, diz num sorriso saudosos. “Pessoas que já cá viveram, gente do Montijo ou Barreiro, estudantes de mestrado, todas paravam aqui a conviver. Era ótimo. Mas agora, olha, já foi...”

Foi em outubro do ano passado. Alegando a saúde pública, a segurança no bairro e o descanso dos moradores, e sem qualquer pré-aviso, a câmara do Seixal, com um enorme contingente policial, destruiu portas e terraços e reduziu a destroços os cafés informais do bairro.

Como sempre fizeram, para sobreviver décadas entre lama e lixo, inundações e escuridão, ratos e baratas, racismo e violência policial, as moradoras adaptaram-se. Com cadeiras de plástico e sofás à porta, algumas usam agora a própria casa como café, prosseguindo assim com o seu meio de subsistência.

ENTRE CHÍCHAROS E BETÃO

É uma leguminosa parecida ao tremçoço e ao grão de bico. O chícharo tem sido historicamente usado como alimento do povo e do gado, e desprezado pelas classes ricas como a “sopa dos pobres”. Planta com uma notável capacidade de adaptação, precisa de pouco para fazer muito: crescendo em solos secos e pouco férteis, proporciona um alimento rico e saudável e melhora a qualidade do solo.

Vale de Chícharos revelar-se-ia um nome certo para a história deste lugar, que já foi uma quinta com vinha e árvores de fruto.

Nas décadas de 70 e 80, a chegada de milhares de pessoas à cidade em busca de melhores condições económicas foi uma oportunidade de negócio para os empresários da construção. Começou-se a semear a monocultura que hoje domina aquilo a que chamamos Área Metropolitana de Lisboa (AML): o betão.

Na década de 1970, um empreiteiro comprou os terrenos de Vale de Chícharos e começou a construir prédios e vivendas, mas acabou por falir. Sobraram cinzentos esqueletos verticais.

Famílias ciganas e migrantes vindas de São Tomé e Príncipe e de outros países libertos do colonialismo português foram aproveitando as ruínas e ali construindo um lugar de vida.

Martinho Barros chegou em 94. Veio porque já havia outros são tomenses, e porque tinha de “arranjar forma de sobreviver”. Com a energia que sobrava do dia de trabalho numa oficina na margem norte do rio Tejo, subia tijolos e sacos de cimento até ao quinto andar e erguia a sua casa. “Chegava às 20h30, comprava o jantar numa tasca que aqui tínhamos, e punha-me ao trabalho. Sou mecânico... fazer paredes, está a imaginar? Ficavam uns tijolos mais para cá, outros mais para lá... Os fins de semana, era obras até às cinco da tarde ou até à meia noite. Aquele chafariz é onde lavávamos a roupa.”

Improvisaram puxadas de luz e água, redes de saneamento, hortas e galinheiros. Os apartamentos foram habitados, vendidos ou alugados de maneira informal, fazendo do bairro um dos maiores núcleos de habitação autoproduzida no Seixal.

Em 2000, o terreno foi vendido em hasta pública à Urbangol, empresa sediada num paraíso fiscal e com dívidas ao estado português. A Jamaica tornava-se um empecilho para o novo plano imobiliário, que previa 170 apartamentos de luxo.

Desde então, o realojamento das moradoras e a demolição dos edifícios são motivo de sucessivos acordos e diferendos entre a câmara e a empresa. Desde então, paira sobre o bairro o abandono dos poderes públicos, a incerteza sobre o futuro e a espera pelo realojamento. Desde então, o Jamaica continua cheio de tudo o que faz um bairro vivo: rotinas de escola e de trabalho, rap e futebol, dádivas e brincadeiras, conflitos e festas.

O DIREITO A UMA HABITAÇÃO CONDIGNA

Termina a aula de português. Jannis Kühne, um alemão a viver há sete anos em Portugal, é um dos professores voluntários. Faz parte do CHÃO – Oficina de Etnografia Urbana, um coletivo de antropólogas e arquitetas solidárias com a luta por habitação digna das populações dos bairros da AML.

“Estas pessoas chegaram a Portugal e encontraram um mercado de trabalho em tudo virado para eles, mão de obra barata, e um mercado de habitação em nada virado para eles, com o racismo do mercado de arrendamento e preços incomportáveis para os baixos salários”, observa. “O Estado e as autarquias lavaram as mãos, escusando-se prever habitação ou planeamento”.

Na sua dissertação de mestrado em estudos urbanos, Jannis Kühne aborda estas “zonas de refúgio”, para onde as pessoas têm sido empurradas, e onde também se adaptam para viver em dignidade, negociando com o Estado, superando com o afeto mútuo as várias exclusões que enfrentam no quotidiano. “Margens” onde o Estado nem sempre



consegue exercer o seu poder, e onde a criatividade produz formas alternativas de vida coletiva, de ação política e económica.

Para o antropólogo, o Bairro da Cucena, onde foram realojados os primeiros moradores da Jamaica, é “um exemplo emblemático do que não fazer: jogar pessoas que já estavam marginalizadas e isoladas dentro da cidade para uma zona industrial fora da cidade.” E afirma que persiste um engano na sociedade portuguesa na assunção de que os programas de realojamento de famílias carenciadas implicam um grande esforço financeiro à custa dos contribuintes. Na verdade, representam apenas 14% dos 10 mil milhões de euros usados em apoio à habitação entre 1987 e 2011. 73% desse orçamento foi usado para bonificação de juros no crédito à habitação, em benefício da classe média e da banca.

Nos últimos anos, em que a gentrificação e turistificação da cidade trouxeram até à classe média a crise da habitação em que as pessoas mais pobres vivem há décadas, associações como Habita, SOS-Racismo e GESTUAL, têm procurado apoiar e dar eco às reivindicações que chegam desde os bairros da periferia.

“Somos famílias inteiras discriminadas diariamente, dentro e fora das nossas casas, e sem condições dignas de vida, incluindo água, luz ou saneamento. Imaginem que não pudessem dizer onde moram por medo de serem discriminados. Imaginem se um dia o vosso único teto fosse demolido sem nenhuma solução alternativa. Convidamos-vos a pensar o que seria viver na nossa pele, e a imaginar a sensação de serem tratados como detritos a serem despejados”, lê-se na Carta Aberta em Defesa da Dignidade

CASAS SEM GENTE E GENTE SEM CASA

Nos meses entre a saída dos moradores e a sua demolição, o Lote 10 da Jamaica constituiu um retrato brutal da habitação na capital portuguesa: um prédio com condições insalubres e em risco de cair teve de ser defendido com um gradeamento e seguranças 24 horas – a única forma de evitar que novas pessoas o viessem habitar.

Há tanta gente sem uma casa decente? Em dezembro passado, no âmbito do programa 1.º Direito, as autarquias da Área Metropolitana de Lisboa identificaram perto de 13 mil famílias a viver em condições indignas (em todo o país já foram identificadas cerca de 40 mil).

E casas sem gente? Em Lisboa quase 50 mil casas estão vazias. Outras 20 mil estão registadas para turismo (alojamento local).

Portugal tem no entanto um exemplo histórico de como superar situações de miséria habitacional, aliando planeamento público e autoconstrução popular: as operações SAAL, no pós 25 de abril. Entre 1974 e 76 ergueram-se perto de 2300 casas, envolvendo mais de 40 mil famílias carenciadas.

Em 1974 havia 600 mil casas em falta. Hoje, há por todo o país mais de 700 mil casas devolutas. O 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que decorre da nova Lei de Bases da Habitação, propõe-se até 2024 erradicar as condições habitacionais indignas em todo o país.



Humana e do Direito à Habitação, da Assembleia dos Moradores dos bairros Jamaica, 6 de Maio (Amadora), Torre e Quinta da Fonte (Loures). Era a primavera de 2017 e pela primeira vez diferentes bairros falavam a uma voz. “Reivindicamos o direito a uma vida melhor e a uma habitação condigna. Isso traduz-se no direito a sermos realojados em condições adequadas, dialogando com as autoridades responsáveis, no respeito pelas comunidades e pelas ligações de vizinhança.”

Em setembro desse ano, uma Caravana pela Habitação percorria o país e as reivindicações chegavam a diferentes instituições, do Provedor de Justiça ao Presidente da República.

Em janeiro de 2019, após um episódio de violência policial na Jamaica, centenas de jovens da periferia levavam

ao centro de Lisboa o grito pelo fim do racismo e da discriminação.

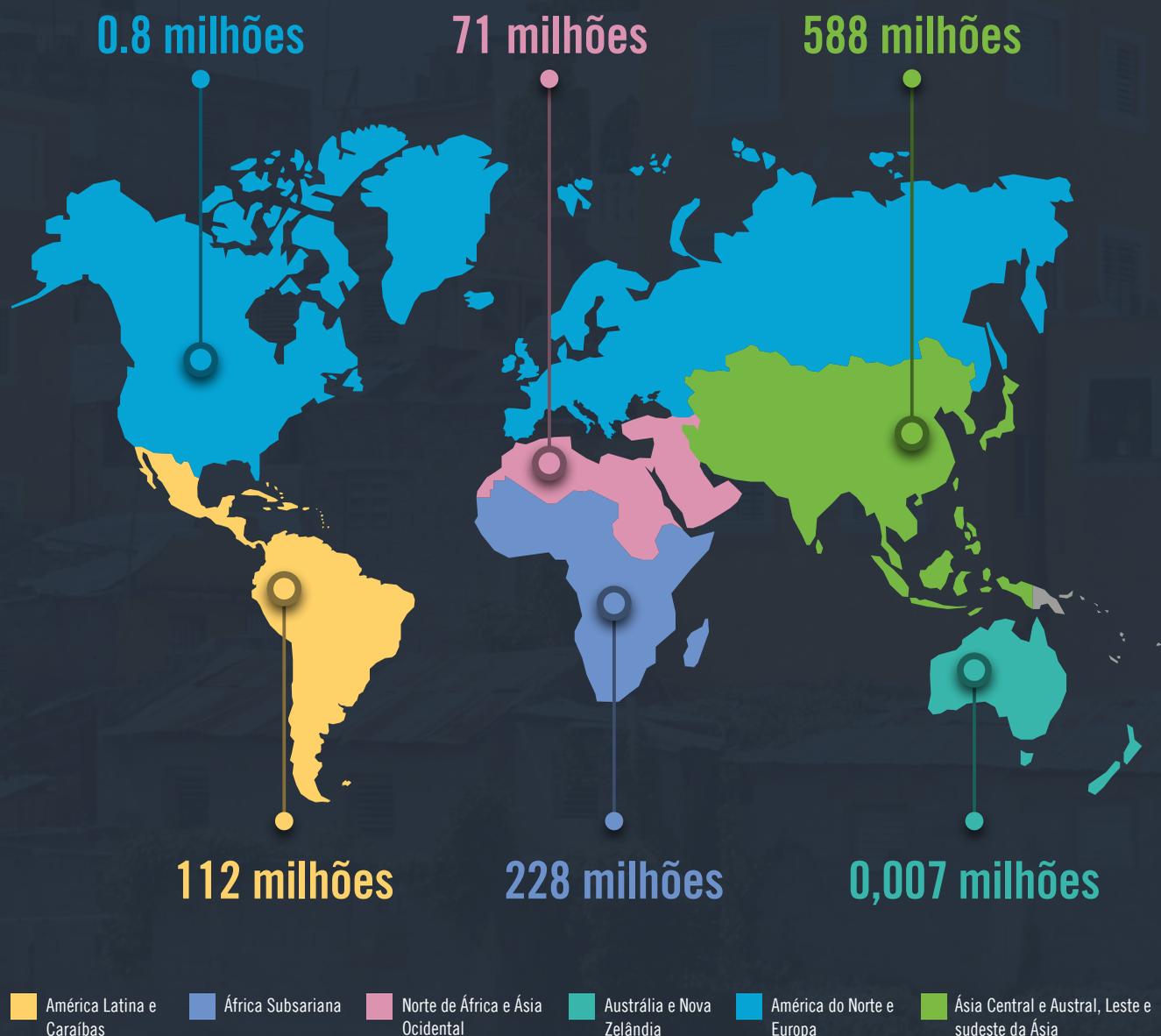
Na Jamaica, a luta das moradoras dá agora o fruto do realojamento.

“Tenho muitas saudades!”, confessa Martinho. “Os amigos, a cultura, a horta, a vida que aqui levei... O nosso calulu, o cozido de banana [de São Tomé]. Este bairro é uma relíquia.” Para Vanusa, a única coisa que as moradoras temem é mesmo perder a convivência. “Mesmo saindo cada uma para o seu canto, as pessoas devem levar para fora tudo o que aprenderam aqui no bairro. Acredito que a amizade e o espírito de entreatuda vão continuar. Se o convívio não é aqui, será em casa, tendo uma nova casa com condições mais dignas. As pessoas vão saber dar mais valor e cuidar aquilo que conseguiram. A nossa casa, nosso lar, deve ser sempre cuidada e estimada.”

DIREITO À HABITAÇÃO

A UN HABITAT (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS) ESTIMA QUE QUASE MIL MILHÕES DE PESSOAS VIVEM EM BAIRROS DE LATA.

POPULAÇÃO (POR REGIÃO) QUE VIVE EM BAIRROS DE LATA OU ASSENTAMENTOS INFORMAIS (ESTIMATIVAS DE 2016)

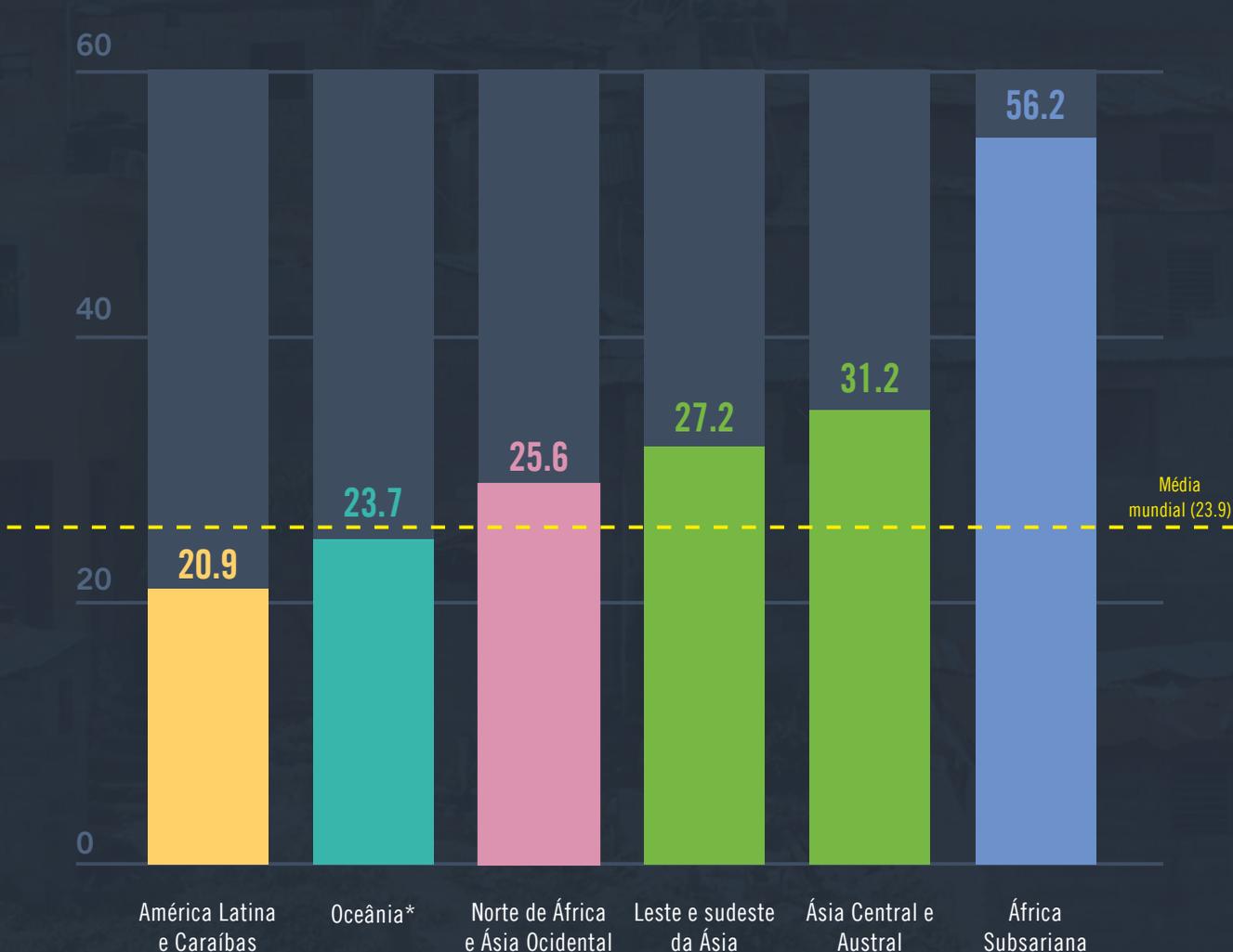


A PANDEMIA SÓ PIOROU A SITUAÇÃO DOS HABITANTES DOS BAIRROS DE LATA, MARGINALIZANDO MAIS AQUELA POPULAÇÃO QUE JÁ ERA VULNERÁVEL.

Os dados da UN Habitat indicam que entre 2014 e 2018, a percentagem de população urbana a viver em bairros de lata no mundo aumentou de 23 para 24 por cento, representando mais de mil milhões de pessoas a viverem em bairros de lata.

A pandemia afetou de forma desproporcional os agregados de baixos rendimentos e as pessoas que trabalham nos setores informais. Esta situação fez aumentar o número de moradores nos bairros de lata e cujas condições de vida se deterioraram tornando-os ainda mais vulneráveis.

PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO URBANA A VIVER EM BAIRROS DE LATA EM 2018 (PERCENTAGEM)



* Exclui a Austrália e a Nova Zelândia



SECÇÃO

AMUCIP: o empoderamento das mulheres ciganas nas suas várias vertentes

O tempo de uma mulher cigana é “muito diferente do tempo de uma mulher da sociedade maioritária”. A grande ambição é casar e ter filhos, de forma a contribuir para o fortalecimento da comunidade e para a transmissão da cultura às novas gerações. A maturidade e os desejos de constituir família chegam na pré-adolescência. A educação formal é, por este motivo, desvalorizada, cenário que as ativistas continuam a combater.

Uma das pessoas envolvidas nesta luta é Sónia Matos, atual presidente da Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas (AMUCIP). A dirigente, que há mais de duas décadas desenvolve trabalho como mediadora cultural, conta que as ações de empoderamento das mulheres ciganas passam muito pelo desenvolvimento das suas capacidades, o alargamento dos seus horizontes e a consciencialização de novas possibilidades, nomeadamente através da educação. É uma lógica que acaba por contrastar com aquilo que define a tradição da comunidade.

Apesar de tudo, este cenário tem sofrido algumas transformações. No ano letivo 2019/2020 havia cerca de 25 mil pessoas de etnia cigana a estudar, um número bastante diferente daquele que existia em 97/98, no qual apenas seis mil crianças frequentavam a escola. Embora haja uma melhoria, os números vão diminuindo com o avançar dos níveis de escolaridade, conforme descrito no Perfil Escolar das Comunidades Ciganas, documento divulgado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

Olhando para a questão de género, é ainda possível verificar que as raparigas abandonam a escola mais

cedo do que os rapazes, situação que estará relacionada com a vontade da família em protegê-las e preservar a sua honra. De facto, o Estudo Nacional das Comunidades Ciganas, realizado em 2014, mostrava que, efetivamente, os casamentos nesta comunidade se realizam bastante cedo, com quase 52% a acontecer entre os 15 e os 19 anos. “Não nos apercebemos daquilo que nos está a ser vedado”, explica Sónia Matos.

De facto, a própria associação que dirige nasceu do empoderamento das cinco fundadoras – Olga Mariano, Anabela Carvalho, Noel Gouveia, Alzinda Carmelo e Sónia Matos - que, após se terem conhecido numa formação, quiseram contribuir para a mudança de paradigma. “Todas vínhamos da mesma situação e foi esse encontro e um formador que promoveu essa ideia dentro de nós, porque não sabíamos sequer o que era uma associação até essa altura”, explica a responsável que relata grandes dificuldades na afirmação de um coletivo liderado por mulheres numa comunidade patriarcal. “Os homens vinham ter com o meu pai e perguntavam quem era eu para falar ou dar voz a uma comunidade. Eu: mulher, solteira”, acrescenta.

Os primeiros dez anos de atividade passaram por “ganhar experiência e dar a conhecer a comunidade cigana à sociedade maioritária”. Só depois disso começaram a desenvolver projetos concretos a nível interno. “Trabalhámos um lado, agora havia que trabalhar o outro”, explica.

O foco foi sempre o de alargar possibilidades, mostrar que é possível fazer escolhas diferentes se forem trabalhadas as ferramentas necessárias. Para o fazer foi necessário, no entanto, adaptar as ações às rotinas das mulheres. “O que nós fazemos é um trabalho individualizado. Escutar o outro, perceber o que o outro precisa



para poder alcançar aquele objetivo. No fundo a associação é só uma incubadora”, diz, em entrevista à AGIR.

DIRIGIR ESFORÇOS E ADAPTAR REALIDADES

Sónia Matos explica que, muitas vezes, para levar a cabo qualquer atividade – como uma formação de adultos, por exemplo -, se via compelida a um esforço acrescido a nível pessoal e profissional, que era motivado pelos resultados que sabia que teria. “Eu tive que ter, no primeiro ano [das formações de adultos], os filhos delas lá nas salas de aula. Eu tirava fraldas de cocó, ia buscar crianças às escolas quando as mães estavam na formação. Tudo isto porque elas tinham que fazer entender às sogras que aquelas horas que tinham

de estar ali, não as faziam descurar o cuidado com a casa e os filhos”, relata a dirigente.

São apoios como este que definem o sucesso dos projetos da AMUCIP que trabalha, precisamente, o empoderamento das mulheres, seja por meio da educação ou do empreendedorismo, sem nunca descurar aquilo que são as tradições e convicções da comunidade cigana. As ações envolvem a conclusão de estudos do ensino básico, ensino secundário, a promoção da inclusão nas escolas por meio de materiais pedagógicos ou até da arte.

Os vários projetos que a associação tem vindo a desenvolver obtiveram o apoio da Câmara Municipal do Seixal que



diz querer promover “uma intervenção muito próxima junto das suas comunidades ciganas residentes no território”. A autarquia elogia o trabalho que tem sido desenvolvido pela AMUCIP que afirma ter contribuído “de forma extraordinária para o trabalho junto das comunidades ciganas, na formação/capacitação inicial e contribuído para a desconstrução de estereótipos culturais, procurando estabelecer o equilíbrio das relações entre as diferentes comunidades”. Este equilíbrio faz-se, sobretudo,

através da promoção de diferentes atividades, algumas direcionadas para a capacitação individual, outras para a partilha, convívio e inclusão.

EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO ARTÍSTICA E SENSIBILIZAÇÃO COMO MEIOS DE EMPODERAMENTO

Nestes mais de vinte anos de atividade, está sempre presente nas ações da AMUCIP a intenção de desenvolvimento e evolução, seja a nível pessoal ou comunitário. As atividades desenvolvidas

são diversas, fazendo uso de diferentes ferramentas e suportes. Exemplos disso são o projeto *Empoderar*, a iniciativa *Amor à Arte* ou o programa dos *Kits Pedagógicos Romano Atmo*.

O projeto *Empoderar* – *Por uma educação contextualizada construída com as mulheres ciganas* fundamenta-se em possibilitar a continuidade dos estudos das mulheres numa perspetiva colaborativa entre a comunidade e a escola (representada pelo Centro Qualifica-Escola Secundária de Amora,



dos seus objetivos, percursos escolares e profissionais, dificuldades e possibilidades, a criação de mini portfólios como ponto de partida do registo das suas aprendizagens [...] e, por fim, o diálogo com as instituições no terreno”, conforme descrito pela autarquia seixalense.

Outro caso distinto é a iniciativa *Amor à Arte*. Esta prende-se com a realização de intervenções artísticas na zona ribeirinha do Seixal. Teve o seu arranque pela mão de mulheres ciganas residentes no concelho (embora se tenha depois alargado a outros intervenientes). Este foi apenas um dos projetos ligados à cultura que a AMUCIP desenvolveu com as formandas que, desde o início do percurso, já experimentaram atividades nas áreas da fotografia, pintura e técnicas mistas, tendo depois exposto os resultados na Oficina de Artes Manuel Cargaleiro. “Quando se pensa em mulheres ciganas pensa-se sempre em formações de cozinha e costura e não se pensa noutras possibilidades. Isto porque [os responsáveis] perguntam-lhes a elas e é o que elas sabem fazer, e elas indicam apenas o que já conhecem”, explica Sónia Matos que destaca a importância da experimentação de outras vertentes para alargar os horizontes das mulheres envolvidas nos projetos.

Além destes, há ainda um outro exemplo que importa referir: os Kits Pedagógicos desenvolvidos no âmbito do projeto Romano Atmo (uma iniciativa de âmbito europeu). Esta foi uma das atividades mais bem-sucedidas e que tem vindo a ter uma maior abrangência e desdobramento. “Pensámos, elaborámos e criámos um kit que é composto por quatro pilares, para ser aplicado em sala de aula, para dar a conhecer a cultura cigana. Desta forma os meninos todos dentro da sala podem ter conhecimento desta cultura”, explica Sónia Matos.

Os kits pedagógicos foram desenhados para o primeiro ciclo tendo sido

aplicados inicialmente em seis escolas do concelho. Incluem histórias do povo cigano na Europa, noções de língua Romanon, coreografias tradicionais e curiosidades sobre o vestuário e hábitos alimentares. Foram de tal forma bem-sucedidos que obtiveram certificação do Ministério da Educação.

A ferramenta foi ainda experimentada em contexto de capacitação de docentes, técnicos de ação educativa e formações de adultos e, também aí, obteve resultados positivos. Neste âmbito, foi depois desenvolvido um livro de receitas tradicionais, descritas com recurso a alguns vocábulos da língua Romanon.

De acordo com a Câmara Municipal, que colaborou na ação, os kits tiveram “o seu reconhecimento pedagógico demonstrado na prática enquanto ferramenta de carácter interdisciplinar, intergeracional e intercultural”, de tal forma que acabaram por dar origem a atividades sucedâneas.

Uma delas foi o projeto “Romano Atmo em Ação”, que, mesmo tendo enfrentado os constrangimentos impostos pela pandemia da COVID-19, teve um balanço construtivo. A ação envolveu “sessões e técnicas de dramatização de contos (pela Biblioteca Municipal do Seixal/CMS), como parte da capacitação das mulheres como facilitadoras e criação do conto”, explica a autarquia à AGIR.

Estes são apenas alguns exemplos das várias iniciativas e projetos que têm vindo a ser desenvolvidas pela AMUCIP, em parceria com outras entidades nacionais e locais. Todos eles têm vindo a contribuir para dar a conhecer a cultura cigana, ao mesmo tempo que pretendem empoderar os seus membros, em especial as mulheres. “Não deixamos de ser quem somos por trabalhar e ter um bocadinho mais de estudos e acho que é isso que faz falta. É esse o exemplo que damos a essas mulheres”, sublinha Sónia Matos.

entidade pública que integra as mulheres desta etnia em programas de Educação e Formação de Adultos; em RVCC escolar (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) e Formação Modular (Linguagem e Comunicação e TIC)).

Este projeto teve no ano passado a sua terceira edição, com 10 formandas a obter a sua certificação, mesmo em tempo de pandemia. Os benefícios são vários e incluem, além da capacitação, “a sinalização, por parte das mulheres,



SECÇÃO

Comprar e respeitar os Direitos Humanos

“O Comércio Justo é um movimento social que luta pelos direitos humanos e por uma maior justiça e equidade social, dado que almeja proporcionar melhores condições de trabalho e de vida aos pequenos produtores, luta contra a exploração de mão de obra (sobretudo, mão de obra infantil), luta pela igualdade de género e se pauta por processos de produção ambientalmente mais sustentáveis”.



As palavras são de Sandra Lima Coelho, da Loja de Comércio Justo (CJ), situada no Parque da Cidade do Porto, e presidente da assembleia geral da Diálogo Acontece, associação responsável, entre outros, pelo projeto Reviravolta.

Nascido nos países do hemisfério sul, na década de 40 do século passado, o Comércio Justo quis, numa primeira instância, ser uma alternativa ao corporativismo dos países do hemisfério norte, apresentando-se como uma solução sustentável ao comércio tradicional. Numa retrospectiva concisa, a responsável descreve a história do movimento até aos dias de hoje: “Entre os anos 1960 e 1970, estes ativistas procuraram vender, no hemisfério norte, produtos elaborados por pequenos agricultores e artesãos do Sul, com o intuito de melhorar as suas condições de vida, assim como das suas comunidades de origem. Numa segunda fase, que se estende desde a década de 1980 até ao presente, o movimento

tem como propósito assegurar o acesso dos pequenos produtores aos mercados internacionais e lidar diretamente com corporações transnacionais”.

OS MOTIVOS CERTOS

O que faz, ou pode fazer, com que em Portugal se adote este critério comercial? A resposta não é fácil, mas Sandra Lima Coelho não se esconde nas dificuldades: “Na prática, as organizações de CJ garantem um pré-financiamento aos produtores, no valor de 50% do preço do fornecimento, de modo a evitar que estes se endividem para prover ao processo produtivo. As organizações proporcionam, além disso, serviços de assistência para melhorar as capacidades dos artesãos, da produção, da inovação e da qualidade do produto, e organizam cursos de formação para reforçar as capacidades dos produtores, no que concerne às suas competências de gestão, de contabilidade e de cálculo dos custos. Isto cria condições para conferir um preço justo ao que é produzido. Esse

preço ajusta-se através do diálogo entre produtores e organizações importadoras, ambas as partes participam”.

O QUE (POR NORMA) SE VENDE

O respeito existe. A partilha de responsabilidades também. Mas o volume de negócios a nível mundial do CJ alcança apenas 1% das transações comerciais mundiais. Em Portugal, tudo é ainda mais residual. No Porto, a loja funciona exclusivamente com voluntários, estando, por isso, apenas aberta ao público aos sábados, das 10 às 13. O que se pode comprar? Um pouco de tudo: “Vendemos vários tipos de produtos. São, essencialmente, bens alimentares e, maioritariamente, de produção biológica, como, entre outros, chás, cafés, bolachas e biscoitos, chocolates, barras de cereais, cacau em pó, açúcar, diversas especiarias e condimentos, compotas, arroz, cogumelos secos e massas. Vendemos também peças de artesanato e roupas, e, numa ótica de sermos solidários com pequenos produtores nacionais, sabonetes artesanais, mel, azeite, conservas e sal portugueses. Como promovemos a sustentabilidade e acreditamos na reutilização de produtos, também temos livros em segunda mão”, concretiza.

OS OBSTÁCULOS E AS DIFICULDADES

Já com mais de uma década de porta aberta, a loja do Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC), em Lisboa, é uma das principais referências do país no que concerne à aposta e ao respeito pelo Comércio Justo. São, por isso, dos mais conhecedores do mercado e, sobretudo, dos obstáculos e dificuldades inerentes ao processo.

Em declarações à AGIR, Stéphane Laurent, do CIDAC, é assertivo no que acredita serem as questões de base: “Não haverá um comércio justo sem mobilização cidadã e popular

para a questão da justiça e sem um questionamento profundo para as injustiças que se vivem no comércio tradicional. Por exemplo, paga-se 100 euros por umas sapatilhas e, possivelmente, o custo do trabalho é 16 ou 20 cêntimos. Se as diferenças são assim, é porque muitos perderam muito pelo caminho até chegar ao comprador”, explica.

Sem deixar de olhar para o futuro com otimismo, principalmente pelos “pequenos passos que têm vindo a ser dados”, nomeadamente, em Portugal, com a introdução da disciplina “de Cidadania no currículo escolar”, onde os mais novos começam a ter acesso “aos dados certos das injustiças entre os dois lados da cadeia comercial”, Stéphane assume que muito há por fazer, principalmente “no respeito pela dignidade e pelos direitos humanos”. Infelizmente, assume, na sua grande maioria, só “as pessoas com poder de compra podem adquirir produtos de Comércio Justo”, mas, se o fazem dessa forma, é porque também sabem “que têm qualidade, que são ecologicamente responsáveis e que, sobretudo, respeitam quem os produz”.

O EXEMPLO QUE CHEGA DO PERU

A associação de artesãos Ichimay Wari – Larin, no Peru, é um dos fornecedores que chega a Portugal através das lojas de Comércio Justo. Através de métodos tradicionais, são especialistas em artigos de cerâmica, retábulos e têxteis, entre outros. Para Emílio Fernandez, a diferença está no “respeito pelo meio ambiente” e, sobretudo, “pela não utilização de mão de obra infantil”, valores que “deveriam ser mais valorizados” pelo consumidor. “Precisamos que as pessoas valorizem todo o processo e, também, que percebam a importância do trabalho feito manualmente. Não é fácil, porque, na maioria dos dias, ainda pedem desconto sempre que compram uma peça”, assume.





SECÇÃO

Agregar e fortalecer os Direitos Humanos

PLATAFORMA JUNTA ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Entre 2017 e 2020 a Amnistia Internacional levou a cabo uma campanha em todo o mundo para destacar a coragem de todas as pessoas e organizações que trabalham na defesa de direitos humanos.

A campanha Brave chegou ao fim, mas o legado dela continua em todo o mundo e a defesa daqueles que defendem e promovem direitos humanos, muitas vezes pagando com a própria vida esse trabalho. Continua também no trabalho de fortalecimento da sociedade civil e é nesse sentido que em Portugal, em conjunto com outras organizações de defesa de direitos humanos iniciámos trabalhos para fazer nascer uma Plataforma de Direitos Humanos em Portugal. A Amnistia Internacional Portugal juntou-se a outras sete associações no sentido de dar resposta ao desafio, do qual se espera, principalmente, que crie sinergias, construa pontes e seja aglutinador e multiplicador dos direitos humanos em todas as suas valências.

A necessidade de agregar as associações participantes, cada uma à sua maneira e com objetivos próprios, a realizarem, por si só, trabalho com foco nos mais variados direitos humanos, o desafio lançado criou o espaço para que, de uma forma sustentada, se juntassem numa plataforma única com uma dinâmica diferenciada: “A verdade é que ainda não existia esse espaço para a partilha de informações e troca de boas práticas, para um trabalho de capacitação e reforço mútuo entre organizações. Com essa amplificação da voz de cada organização, acreditamos que o impacto do trabalho em direitos

humanos será, também ele, aumentado, e assim possa facilitar a criação de sinergias de trabalho e atuação, potenciando o impacto real em direitos humanos, mas que não se substitua a nenhuma das organizações existentes neste espaço, seja ou não parceira, seja ou não associada da Plataforma”, explica Susana C. Gaspar, selecionada pelo consórcio de organizações para coordenar o trabalho das mesmas neste projeto.

ESPAÇO AINDA ABERTO

Apesar de serem oito as organizações fundadoras da Plataforma de Direitos

© Andrew Moca on Unsplash

ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

AI

AMNISTIA INTERNACIONAL - PORTUGAL

ACTUAR

ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

AKTO

DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA

APF

ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

APMJ

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE MULHERES JURISTAS

FENACERCI

FEDERAÇÃO NACIONAL DE COOPERATIVAS DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

ILGA PORTUGAL

INTERVENÇÃO LÉSBICA, GAY, BISSEXUAL, TRANS E INTERSEXO

IGC

IUS GENTIUM CONIMBRIGAE

Humanos, este é um espaço, tal como o mundo e as suas necessidades, ainda em aberto. Para a responsável, nada é estanque e o trabalho está a ser feito para que seja ainda mais agregador: “Tem sido muito interessante acompanhar as discussões e decisões em torno deste projeto e perceber como existe a necessidade de partilha. No fundo, tudo se resume ao encontrar uma missão comum, criar-se um espaço de escuta ativa – todas sentirem-se ouvidas – e focar na força deste projeto, que é ter um impacto ainda maior na proteção dos direitos humanos. Temos contactado outras organizações para que possam também juntar-se a esta plataforma, feito um esforço para as envolver desde cedo e, assim, sentirem também a sua pertença ao todo. Que este projeto seja, de facto, aberto a todas as organizações de direitos humanos”.

OS OBJETIVOS PARA TRÊS ANOS

Com um espaço temporal de três anos para se poder trabalhar e com um sentimento único de alargar a área geográfica das organizações participantes, a Plataforma tem, de acordo com Susana C. Gaspar, três eixos fundamentais para este primeiro triénio: “o primeiro será servir como plataforma de divulgação e sensibilização, que junte todas as ofertas de sessões de educação para os direitos humanos nos mais variados fóruns da sociedade civil; o segundo eixo será dedicado à cooperação e capacitação, sendo, talvez, o mais importante, por trazer reais mais-valias às organizações e suas equipas e voluntários. Por último, o terceiro eixo será focado em advocacia social e na amplificação das vozes das organizações. De forma muito resumida, sempre que um relatório, comunicado, petição, tiver mais força quando assinado por um conjunto de organizações, lá estará a Plataforma como organização de base para apoiar”, explica.

Este projeto tem o apoio do programa Cidadãos Ativ@s gerido em Portugal pela Fundação Calouste Gulbenkian em consórcio com a Fundação Bissaya Barreto.

DISCURSO DIRETO



MARTA RAMOS ILGA PORTUGAL

A ILGA Portugal é uma organização interseccional e que acredita na mais-valia do trabalho em rede para promoção e efetivação de Direitos Humanos. Como tal, a criação de um fórum de diálogo, pontes e sinergias várias entre organizações que trabalham os Direitos Humanos é um passo fundamental, e de crescimento social e organizacional, para Portugal, pelo que a ILGA apoiaria sempre esta plataforma. Poder fazer parte do seu processo de constituição e engajamento com outras entidades da sociedade civil é um enorme privilégio, e temos muito orgulho em fazê-lo. Este é um projeto ambicioso e que se pretende, desde a sua génese, por um lado participativo e, por outro, capaz de responder às necessidades de terreno das próprias organizações e entidades membro. Não é um projeto estanque e dirigido exclusivamente pelo consórcio fundador, mas durante estes três anos responderemos ao apelo e complexa missão de sedimentar as bases desta Plataforma para que depois seja a própria a ir definindo o seu trabalho e dinâmicas de intervenção.



SANDRA MARQUES FENACERCI

A criação duma plataforma que una ou congregue as organizações que trabalham diariamente pelos direitos humanos em Portugal, irá permitir que as pessoas apoiadas por estas organizações possam ter voz e que essa voz seja ouvida. Acreditamos que este era um espaço que estava a descoberto, um espaço que irá permitir a capacitação dos membros para a defesa dos DH, por um lado, mas também dar visibilidade ao que importa denunciar no atropelo a estes mesmos direitos. Na área da deficiência, por exemplo, entendemos que não importa o nível ou a intensidade dos apoios, os direitos que nos advêm do facto de sermos humanos, não nos podem nunca ser retirados. Nestes primeiros três anos esperamos conseguir estabelecer de forma sustentada e sustentável esta Plataforma, dando-lhe “asas” para crescer e desenvolver a sua atividade. Será um período essencialmente de desenho e implementação da plataforma em si, não tanto de desenvolvimento naquela que é a sua missão propriamente dita.



SECÇÃO

Educação para os Direitos Humanos “não tem prazo de validade”

A Academia da Amnistia, que deu os primeiros passos há quase dois anos, reforça em 2022 o seu portfólio de cursos e estende-se ao formato misto (online e presencial). O objetivo é capacitar cada vez mais pessoas na educação dos direitos humanos, aumentando também a comunidade ativista que atua em nome da Amnistia Internacional por um mundo mais justo.

Há mais de 20 anos que um dos grandes pilares da Amnistia Internacional é a Educação para os Direitos Humanos. A Amnistia acredita que é necessário que cada indivíduo tenha conhecimento dos seus direitos e de como os aplicar na construção de uma sociedade mais igualitária e livre, onde vigore a justiça. É com este objetivo em mente que nasceu a Academia Amnistia, projeto que em 2022 ganha força renovada, com novos cursos e sessões presenciais.

Matia Losego, Diretor do Departamento de Juventude e Educação para os Direitos Humanos, explica o caminho

percorrido até aqui e o que esperar do futuro próximo. “A educação para os direitos humanos é uma das principais áreas de trabalho da Amnistia no que respeita à formação do ativismo, que se quer crítico, informado e completo. A Amnistia Internacional, enquanto movimento global, mas também a Amnistia em Portugal, faz ações para a educação dos direitos humanos há décadas e nesse trabalho realizado, podemos dizer que havia – e se mantém - um grande foco nas escolas, nos docentes e na sociedade”, começa por referir o diretor. A Amnistia realiza ações frequentes em estabelecimentos

de ensino, com o intuito de sensibilizar as gerações mais novas para a importância de uma maior literacia e ação em relação aos direitos humanos. Afinal, quanto mais cedo se tomar consciência do poder individual de cada um, maior será a força ativista que luta por um mundo melhor.

Pensando num cenário ainda mais abrangente, em 2019, foi dado um importante passo nesta dimensão educativa da Amnistia Internacional Portugal com o início de dois processos de certificação enquanto entidade formadora. Em 2020, a Amnistia Internacional Portugal tornou-se Entidade Formadora acreditada pelo Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua de docentes (CCPFC) e certificada pela Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) nas áreas de Desenvolvimento pessoal, Ciências da Educação e Ciência política e cidadania. Sendo a Amnistia uma entidade certificada, começamos o processo da Academia enquanto espaço para formações”, explica Matia Losego, dirigindo a atenção destas oportunidades de aprendizagem, sobretudo, para as “pessoas adultas” a par do trabalho que se continua “a fazer nas escolas e com os jovens”. “É importante expandir a dimensão do nosso trabalho porque a educação para os direitos humanos é mesmo para toda a gente, não só crianças em idade escolar. A educação para os direitos humanos não tem prazo de validade”, reforça.

O crescimento verificava-se, mas a pandemia da COVID-19, que tomou o mundo de surpresa em 2020, obrigou a uma reformulação dos planos. Com as pessoas fechadas em casa foi necessário “migrar todo o plano de formação – que se previa presencial – para o formato *e-learning*, ou seja, em sessões virtuais”, lembra. O processo demorou algum tempo, mas, ao longo dos últimos de 20 meses, os resultados falam por si. Desde 2020, contam-se 426 formandos nos cursos certificados





© Amnesty International

e 731 formandos que completaram os cursos gratuitos. Para Matia Losego, “estes números significam que cerca de mil pessoas terão aderido com sucesso” à oferta formativa. “É um número redondo se pensarmos que algumas terão frequentado os cursos nos dois formatos”. É um número positivo que vai aumentar em 2022.

POSSO ADERIR À ACADEMIA?

É possível definir em traços gerais quem a Academia pretende alcançar. São eles as “pessoas interessadas em desenvolver as suas competências na promoção e proteção de direitos humanos; docentes e outros profissionais da educação e profissionais de organizações da sociedade civil”, explica o responsável. Ou seja, “as pessoas adultas que, tanto no âmbito pessoal como também profissional, desejam capacitar-se na área de direitos humanos. Olhando para as nossas turmas anteriores, temos pessoas que trabalham em serviços, organizações da sociedade

civil, função pública. Este grande grupo é movido por um desejo de estar melhor informado em todas as frentes”, explica-nos o diretor de Juventude e Educação para os Direitos Humanos, que também refere o cuidado que a Amnistia Internacional Portugal tem com “quem está envolvido em processos educativos. Neste aspeto pode-se falar de educadores de infância, docentes do primeiro ou segundo ciclo, secundário, ensino profissional. Também pessoas que têm um papel educativo que não está necessariamente ligado à educação formal. Técnicos que trabalham com jovens, educadores sociais, pessoas que são também fulcrais neste processo”. Outra questão importante, que não é deixada ao acaso, é a forma como se comunica de maneira coerente esta questão. “Comunicar para a ação é uma das nossas preocupações e, por isso, estamos a abrir novos cursos virados para esse lado mais técnico. E também de angariação de fundos. Estes são cursos focados nas pessoas que trabalham em organizações com

cunho social, que podem usar estas ferramentas no seu dia-a-dia”, detalha, referindo-se ao “Curso de Angariação de Fundos (15h)” e ao “Curso de Comunicação (15h)”, cujas datas serão anunciadas em breve. Estes cursos são pagos, incluem tutorias e apoio individualizado e têm uma data de início e de fim. Mas a oferta é mais vasta e, com o intuito de chegar a todos, é importante referir os cursos gratuitos e autogeridos da Academia Amnistia.

Segundo Matia Losego, “são cursos mais pequenos em formato online, em que cada pessoa pode ir fazendo ao seu ritmo. Estes cursos gratuitos são maioritariamente criados pelas equipas do Secretariado Internacional e adaptados ou criados de raiz para o contexto português”. Este grupo inclui: “Introdução à Amnistia Internacional”, “Segurança digital e direitos humanos”, “Maratona de Cartas – um breve guia” e “Educação para os direitos Humanos na escola” (este curso foi criado *ad doc* para o trabalho em escolas portuguesas)”.

EXPANDIR A COMUNIDADE ENVOLVIDA NA AMNISTIA

Até agora, por razões óbvias, os cursos foram integralmente em formato online. No entanto, o objetivo é alargar a Academia para um formato *b-learning* (*blended-learning*), que combina as vantagens das sessões virtuais com encontros presenciais.

É o exemplo de um novo curso de direitos humanos realizado em parceria com a Network of Strategic and International Studies (NSIS), “uma organização que já trabalha com a Amnistia Internacional há algum tempo. Criou-se um curso que junta as abordagens das duas organizações: uma dimensão mais técnica ligada ao NSIS e uma dimensão mais ligada ao ativismo, que é próprio da Amnistia Internacional”, reforça.

Para além da clara componente pedagógica, os cursos da Academia podem ser a porta de entrada para um envolvimento nas ações da organização. Como descreve o responsável: “os cursos têm sempre uma chamada de ação. Não queremos só falar dos direitos humanos, queremos ir mais além e despertar as pessoas para a pergunta: o que eu posso fazer realmente com as competências adquiridas no curso? Acreditamos que conhecimento é poder e, ao capacitar as pessoas, estas vão sentir-se mais preparadas também para se juntarem ao nosso trabalho”.

As turmas dos cursos certificados contam em média com 20 a 25 alunos, o que permite um equilíbrio entre a participação de todos os formandos. Ao longo de 2022, estão previstos sete cursos, ou seja, a Amnistia Internacional Portugal espera formar pelo menos 150 pessoas nos próximos meses. E não vão parar por aqui. “Vamos aumentando a nossa oferta para tornar cada vez mais relevante e abrangente a nossa Academia”, confirma Matia Losego.

RIGHTS ARCADE

JOGAR PELOS DIREITOS HUMANOS

Porque não aprender mais sobre direitos humanos de uma forma divertida e didática? Esta é a premissa da aplicação *Rights Arcade*, desenvolvida pela Amnistia Internacional. Aprender enquanto se brinca nunca foi tão importante. E é por isso mesmo que as personagens do jogo são histórias fictícias, mas inspiradas por acontecimentos verdadeiros. O que acontece em seguida é motivado pelas escolhas do jogador. As três pessoas que inspiraram as experiências da *Rights Arcade* são Ahmed Kabir Kishor, um cartoonista injustamente acusado ao abrigo da Lei da Segurança Digital no Bangladesh; Zhang Zhan, uma jornalista cidadã condenada a quatro anos de prisão por ter reportado a pandemia da COVID-19 na China; e Panusaya Sithijirawattanakul, um estudante e ativista que enfrenta mais de 25 acusações por protestar na Tailândia. Aqui, cada jogador acaba por fazer o próprio caminho de reflexão, através da exploração das diferentes narrativas destes personagens, ao mesmo tempo que vai tomando decisões baseadas

TAKE AN **INTERACTIVE JOURNEY** TO THE WORLD OF HUMAN RIGHTS THROUGH THE EXPERIENCES OF A CARTOONIST, A CITIZEN JOURNALIST AND A STUDENT ACTIVIST.



PLAY THE GAME AND FIGHT FOR JUSTICE



na sua própria compreensão do que são os direitos humanos. Para Agnès Callamard, secretária-geral da Amnistia Internacional, esta nova forma de interagir sobre assuntos, sobretudo com os mais novos, é um caminho “para capacitar e encorajar pessoas por todo o mundo – em especial os públicos mais jovens – a aprenderem sobre direitos humanos de um modo cativante”. Este público mais novo é essencial na “definição da agenda dos direitos humanos, hoje e no futuro. Alcançar pessoas desta faixa etária nos espaços onde vivem ou onde estão regularmente, é imprescindível para formar novas gerações de ativistas e dar-lhes capacidade para lutar e proteger os direitos humanos – agora e daqui para a frente”, reforça a secretária-geral.

Atualmente, a *Rights Arcade* está disponível em inglês, mandarim, tailandês e coreano e pode ser descarregada em dispositivos iOS e Android. O plano é ir agregando o maior número possível de línguas, uma vez que os direitos humanos são um assunto universal.



NIGÉRIA

LIBERDADE PARA IMOLEAYO MICHAEL

Em 2021, Imoleayo foi levado de sua casa em Abuja, na Nigéria, a meio da noite, por 20 homens armados, enquanto a sua família foi retida num único quarto (esposa, mulher e filho de 7 meses). Foi levado pelas autoridades simplesmente por ter divulgado nas suas redes sociais as manifestações nacionais pelo fim do Esquadrão Especial Antirroubo (SARS, em inglês). As manifestações, conhecidas pelo #EndSARS, exigiam o fim da violência, extorsão e mortes provocadas pelos elementos do SARS, e contaram com a participação de milhares de pessoas nas ruas.

Imoleayo foi levado para a sede dos serviços de segurança do Estado e aí ficou detido, numa cela subterrânea, durante 41 dias, sem acesso a advogado e à família. Enquanto aí permaneceu, esteve sempre algemado, vendado e preso a um armário de aço. Foi também forçado a dormir no chão e era apenas servido de papas com pedras, à hora das refeições. No total, foi interrogado cinco vezes.

Neste momento, enfrenta acusações infundadas relativas a “conspiração com outros para perturbar a paz pública” e a “distúrbios da paz pública”. Imoleayo é uma das muitas pessoas que se encontram em risco, simplesmente por se terem manifestado na Nigéria. As acusações devem ser imediatamente retiradas.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine *online* em:

www.amnistia.pt/peticao/imoleayo-nigeria/



ISRAEL

FIM AO APARTEID DO ESTADO DE ISRAEL E À DEMOLIÇÃO DE CASAS DE PALESTINIANOS

Durante mais de 73 anos o Estado de Israel deslocou à força comunidades palestianas inteiras, tendo demolido centenas de milhares de casas, causando muitos traumas e sofrimento. Mais de 6 milhões de palestinos permanecem na condição de refugiados e, hoje, pelo menos mais 150.000 estão em risco real de perderem as suas casas.

O Estado de Israel criou e mantém leis, políticas e práticas que oprimem deliberadamente os palestinos e que funcionam de forma a assegurar o domínio israelita judeu em todo o território de Israel e nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO) e que correspondem a apartheid. Isto inclui apreensões de propriedades, leis e políticas de ordenamento territorial que tornam impossível para muitos palestinos construir as suas casas. Também permite demolições em massa de casas construídas sem licença, algo que é rotineiramente negado aos palestinos.

Primeiro, falamos em defesa dos palestinos que vivem sob o apartheid do Estado de Israel e, depois, agimos pela mudança para que possamos demolir este sistema. Esse momento chegou agora.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine *online* em:

www.amnistia.pt/peticao/apartheid-e-demolicoes-israel/



GLOBAL

FIM ÀS TECNOLOGIAS DE VIGILÂNCIA MASSIVA

Na sequência de uma investigação da Amnistia Internacional, comprovámos como a vasta operação de vigilância do Departamento de Polícia de Nova Iorque afeta particularmente as pessoas que já são alvo de *stop-and-frisk* em todos os cinco bairros de Nova Iorque.

A investigação mostrou que quanto maior for a proporção de residentes não brancos, maior será a concentração de câmaras de CCTV compatíveis com o reconhecimento facial. Estas tecnologias de reconhecimento facial para identificação são sistemas de vigilância de massa que violam o direito à privacidade e ameaçam os direitos à liberdade de reunião, igualdade e não-discriminação.

Já em 2021, a Amnistia Internacional processou a Polícia de Nova Iorque depois de esta se recusar a divulgar registos públicos relativos à sua aquisição de FRT e outras ferramentas de vigilância. O caso está em curso.

Na sequência deste trabalho de investigação, a Amnistia Internacional apela ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e à Assembleia Geral das Nações Unidas para que seja promovida a proibição total da utilização, desenvolvimento, produção, venda e exportação de FRT para fins de vigilância em massa, tanto por parte dos estados como do sector privado.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine *online* em:

www.amnistia.pt/peticao/fim-tecnologias-vigilancia-massiva/



RÚSSIA

PELO FIM DA AGRESSÃO E PELA PROTEÇÃO DE CIVIS NA UCRÂNIA

Na madrugada do dia 24 de fevereiro, as pessoas na Ucrânia acordaram com a notícia de que o seu país estava a ser invadido pelas forças militares russas. Durante a noite, tanques russos entraram no país e verificaram-se ataques em múltiplas direções.

Horas depois da invasão, as equipas da Amnistia Internacional conseguiram verificar fotografias, vídeos e relatos de ataques indiscriminados a civis por todo o país. Documentámos ataques a hospitais e escolas, o uso indiscriminado de armas como mísseis balísticos e ainda o uso de armas proibidas, tal como bombas de fragmentação. Todas estas ações, que já custaram demasiadas vidas, equivalem a potenciais crimes de guerra cometidos pelas tropas russas.

Ao fazer uso da força contra outro Estado, a Rússia violou, de forma flagrante, a Carta das Nações Unidas. Esta ação corresponde a um abuso da sua posição enquanto membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e o governo russo tem usado essa posição para se proteger contra qualquer tentativa de responsabilização.

A Federação Russa deve parar imediatamente com este ato de agressão contra a Ucrânia e atuar para proteger todos os civis.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine *online* em:

www.amnistia.pt/peticao/ucrania-russia/

Capacitação para a promoção de sistemas alimentares sustentáveis, a partir de uma abordagem de direito à alimentação

O despertar da década de 2020 tem sido marcado por uma alarmante sucessão de crises que nos alertam para a fragilidade do sistema alimentar global e causas profundas da fome e da desigualdade; nas palavras do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres (junho 2020), “os nossos sistemas alimentares estão a falhar e a pandemia Covid-19 está a agravar a situação”. Dois anos volvidos, a crise pandémica e consequentes efeitos sociais e económicos e, mais recentemente, a guerra em solo europeu têm conferido visibilidade à urgência de uma transição para sistemas alimentares territoriais sustentáveis (SATS), alinhada com uma abordagem de direitos humanos, particularmente do direito humano à alimentação e nutrição adequadas (DHANA), que coloque em primeiro plano os grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade e reconheça as obrigações dos Estados respeitarem, protegerem e fazerem cumprir tais direitos.

A necessidade desta transição tem vindo a ser abordada em vários *forae* globais e está ligada ao dinamismo e às lições aprendidas pelas organizações regionais, governos e atores relevantes, como sociedade civil, movimentos sociais, academia e setor privado, em diferentes territórios.

Neste contexto, propostas de capacitação-ação territoriais, multinível, inclusivas e baseadas em direitos têm-se revelado estratégicas enquanto ferramentas de empoderamento e

aCtuar
Sistemas Alimentares Sustentáveis

JOANA DIAS

Coordenadora de programas da ACTUAR
- Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento e Doutora em Governação, Conhecimento e Inovação (FEUC-CES)

“Garantir o DHANA implica que a transformação dos sistemas alimentares seja alicerçada em princípios de justiça, equidade, soberania alimentar, sustentabilidade, responsabilização e prestação de contas”

sensibilização, contribuindo para que agricultores/as, migrantes, técnicos/as, comunidades estejam conscientes dos seus direitos (particularmente do DHANA) e assim em melhores condições de os promoverem, respeitarem e reivindicarem. A exemplo da capacitação-ação e diagnósticos-piloto facilitados pela ACTUAR, a partir de uma metodologia especificamente desenhada¹, as ações para a promoção de SATS potenciam a consolidação de capacidades técnicas (e políticas) de uma equipa local

plural e potencialmente replicadora, a partir de uma perspetiva de ecologia dos saberes, que reconhece os conhecimentos, experiências e vivências dos/as participantes como fonte de aprendizagens.

Estas ações e abordagem metodológica têm-se mostrado, assim, particularmente úteis para a mobilização, coordenação institucional e consolidação de capacidades, enfatizando os principais conceitos e passos para a elaboração (e consequente monitoramento e avaliação) de políticas públicas locais para SATS.

Uma luta séria contra a fome e a desigualdade colocará o DHANA e, particularmente, os direitos dos/as agricultores/as familiares e grupos em situação de vulnerabilidade no centro da transformação dos sistemas alimentares e não apenas como parte de uma agenda social, já que direitos implicam e estão assentes em obrigações e princípios de dignidade e igualdade. Garantir o DHANA implica que a transformação dos sistemas alimentares seja alicerçada em princípios de justiça, equidade, soberania alimentar, sustentabilidade, responsabilização e prestação de contas e responsabilidade corporativa ao longo das cadeias de valor. A consolidação de capacidades e coordenação dos diferentes atores, muito particularmente dos/as detentores/as de direitos, assume assim centralidade absoluta para o exercício dos seus direitos na transição para sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e justos, tão urgente quanto desafiadora.

1 - É o caso das sessões de capacitação-ação para a construção de diagnósticos territoriais em São Tomé e Príncipe (Mé-zochi), Cabo Verde (Santo Antão), Portugal (Idanha-a-Nova), além de ações de construção de capacidades em Portugal, a partir de uma abordagem de DHANA. Agradece-se, para tal, o apoio da CPLP, FAO, UE, Instituto Camões, Programa Cidad@os Ativos, PDR2020, CMIN, Inloco. Mais informações: www.actuar-acd.org / geral@actuar-acd.org.

A importância das escolhas coerentes e informadas

Era eu adolescente e via nas notícias histórias de fábricas a encerrar no Vale do Ave. Os têxteis em Portugal eram na altura uma das indústrias que mais exportava para fora, mas em pouco tempo, muitas fábricas encerraram e milhares de postos de trabalho foram perdidos.

A abertura do mercado europeu à China colocou estas empresas portuguesas a competir com empresas chinesas que tinham sucesso à custa de abusos de direitos humanos, abusos esses que em Portugal – apesar de muitos desafios – não se cometiam à escala daquele país.

Um salário na China era no equivalente a 30€ por mês, em jornadas de trabalho de 16 horas por dia. Era impossível às nossas empresas competir com isto e ter preços competitivos para concorrer com elas.

Muitas empresas no Vale do Ave modernizaram-se e transfiguraram-se encontrando novos mercados e vão crescendo de novo de há uns anos a esta parte.

O problema de princípio continua o mesmo: os governos, as empresas, os consumidores – nós todos e todas – por falta de outra possibilidade – temos no preço de um produto uma das variáveis mais importantes quando escolhemos comprar um produto e não outro.

Muitas vezes, esse baixo preço é conseguido à custa de abusos de direitos humanos e da exploração desenfreada e insustentável de recursos do planeta.



PEDRO A. NETO

Diretor-executivo da
Amnistia Internacional Portugal

“Uma economia global que assenta na poluição, na exploração das pessoas, na extração dos recursos soberanos de um país é uma economia doente, é uma economia insustentável e assente na imposição do status quo do poder que constrói e mantém regimes e modos de viver em sociedade que só subsistem à custa de abusos de direitos humanos em larga escala.”

Rússia, Arábia Saudita, Venezuela, Angola – para citar apenas alguns países, entre muitos, em que os seus governantes se aliaram a grandes empresas petrolíferas, muitas vezes

estatais ou controladas por si próprios ou familiares, assim roubando estes recursos que pertencem a todo o povo desses países, vendendo-os e ficando com esses milhões que são resultado dessas exportações para seu usufruto pessoal e oligarca – no enquadramento russo do termo.

China, Bangladesh, Camboja, Índia, Indonésia, Malásia, Paquistão, Sri Lanka, Tailândia, Filipinas, Vietname, entre outros países, estas vantagens económicas face à concorrência são conseguidas à custa de mão de obra quase escrava e algumas vezes além de escrava, também infantil.

Uma economia global que assenta na poluição, na exploração das pessoas, na extração dos recursos soberanos de um país é uma economia doente, é uma economia insustentável e assente na imposição do status quo do poder que constrói e mantém regimes e modos de viver em sociedade que só subsistem à custa de abusos de direitos humanos em larga escala.

É urgente que à mesa dos negócios e das relações diplomáticas internacionais estejam não só euros, dólares, libras, francos ou renmimbi, mas também coragem e exigência de valores, ética e direitos humanos.

Não estaremos apenas a construir um mundo melhor e mais justo para as pessoas que são extorquidas e exploradas nos países de onde importamos bens, estamos também a melhorar as condições de competitividade às nossas empresas e aos bens que elas produzem para nosso consumo e exportação.

OUTROS ÂNGULOS

OUTROS ÂNGULOS É UM MOVIMENTO AUDIOVISUAL QUE PRETENDE USAR ESTA FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO PARA PROCESSOS DE RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL. ESTAS FOTOGRAFIAS FORAM CAPTURADAS NO ÂMBITO DE UMA OFICINA DE VÍDEO PARTICIPATIVA COM MORADORES DO BAIRRO DA JAMAICA (VALE DE CHÍCHAROS), ORGANIZADA COM A ASSOCIAÇÃO CHÃO, QUE TEM FEITO UM FORTE TRABALHO DE PROXIMIDADE NAQUELA COMUNIDADE A VÁRIOS NÍVEIS.

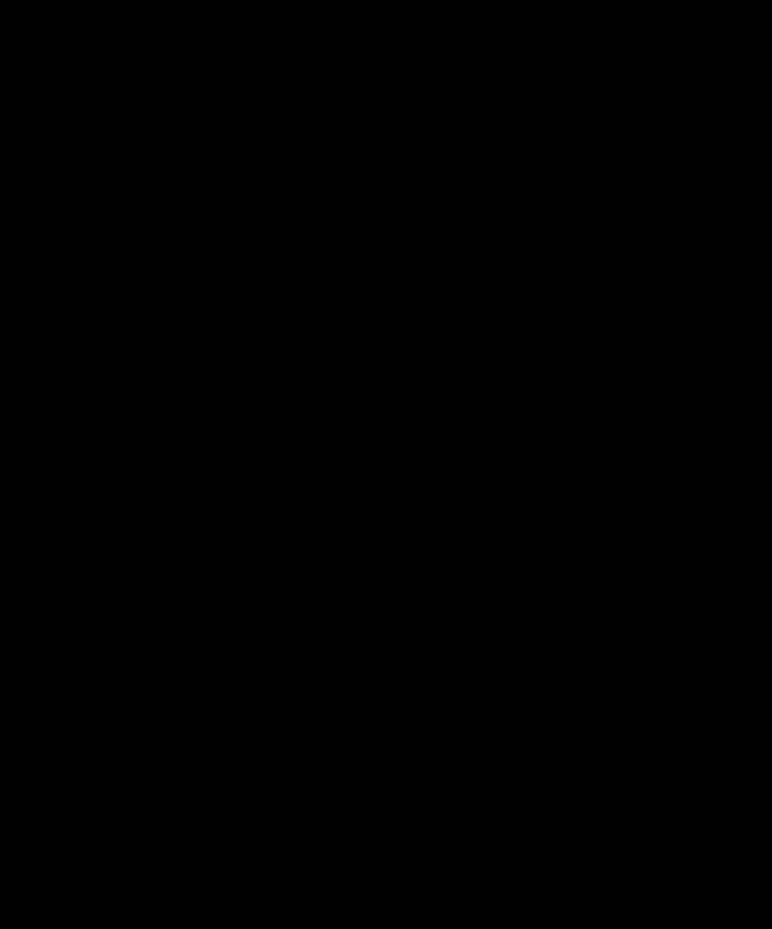
Créditos das fotografias: Outros Ângulos

 Ver online

www.amnistia.pt/outros-olhares-outros-angulos/













GRANDE ENTREVISTA

A CAPACITAÇÃO COMO UM PROCESSO HOLÍSTICO PARA O EMPODERAMENTO

ENTREVISTA A TRÊS MULHERES
LÍDERES DO INSTITUTO
MARQUÊS DE VALLE FLÔR

© IMVF

O Instituto Marquês de Valle Flôr, com projetos em vários países, tem na sua liderança três mulheres que dão expressão ao trabalho desta fundação que há décadas se destaca nos domínios da cooperação, da cidadania global e da reflexão sobre o desenvolvimento.



CAROLINA FEILMAN QUINA

Carolina Feilman Quina foi Conselheira na União Europeia, Consultora Internacional de cooperação para o desenvolvimento, esteve na mesa de negociação de cimeiras e hoje é administradora executiva e diretora de novas parcerias do Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF).

Como descreveria os projetos que o IMVF tem vindo a desenvolver?

Não há projetos iguais nem fórmulas feitas. Os projetos resultam de um diálogo entre os parceiros e as autoridades locais. São sustentados por um diálogo permanente, seja ao nível micro com as associações e as próprias comunidades beneficiárias, ao nível meso com as autoridades locais que intervêm mais diretamente nos territórios, ou ao nível macro, numa tentativa de alinhamento com as prioridades de desenvolvimento dos próprios países e dos seus planos estratégicos de intervenção.

Como asseguram a sustentabilidade dos vossos projetos?

Através de um conjunto de pontes de diálogo e de confiança. Dou o exemplo do projeto “Saúde para Todos”, em

São Tomé e Príncipe, e o Projeto de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia. No primeiro, apostámos na formação de médicos e especialistas santomenses e fizemos missões médicas em diversas especialidades, conseguindo colocar o país no 3.º lugar da África Subsariana com melhores indicadores de saúde. Na Colômbia, através do projeto *Territórios Caquetaños Sostenibles para la Paz*, conseguimos estabelecer e consolidar pontes entre as comunidades rurais, as associações locais com a liderança de mulheres vítimas do conflito armado, ex-combatentes das FARC, as autoridades locais (Alcaldias), o exército, as universidades e empresas do setor privado.

A nossa experiência indica-nos que a capacitação e o empoderamento



LILIAN GALVÃO

Lilian Galvão é psicóloga e tem um mestrado em gestão de organizações aprendentes. O que a levou à Guiné-Bissau foi o doutoramento em Estudos Africanos, mas o que a fez querer ficar foi o programa “Ianda Guiné”.

Em que consiste o programa Ianda Guiné e quem são os beneficiários?

É um programa multisetorial da União Europeia. Surgiu em 2019, estende-se até 2023 e tem oito ações. Chama-se *Ianda Guiné. Nó lanta, nó pega!* que significa “Anda Guiné. É preciso levantar para poder realizar.” Uma das ações executadas pelo IMVF é o *Ianda Guiné Djunto* que trabalha com a sociedade civil. O nosso objetivo é o empoderamento, a formação, a capacitação e a melhoria da qualidade de vida, das relações e do acesso aos recursos das comunidades. Trabalhamos com Coletivos de Cidadãos e Cidadãs Organizados – CCO, independentemente de serem legalizados. Os coletivos costumam ter organizações mais pequenas e estão em lugares mais remotos com menos capacidades técnicas e mais dificuldades de acesso a recursos. Com o *Ianda Guiné Djunto*, esse paradigma mudou porque veio criar o método *Djunto*, que envolve sessões de esclarecimento nos centros de recurso das oito regiões e do setor autónomo de Bissau, visitas de análise e acompanhamento dos técnicos do Gabinete de Apoio Permanente e a definição de um orçamento. Este fundo tem 4 milhões e 500 mil francos CFA (aproximadamente 7 mil euros) e hoje temos quase 200 projetos financiados.

conseguem-se quando os beneficiários das ações são envolvidos desde o início. Quando se reveem e se apropriam dos objetivos a implementar. Por outro lado, a sustentabilidade depende do diálogo e das pontes construídas.

Que mensagem de capacitação e empoderamento gostaria que os governos e a comunidade internacional tomassem em consideração?

Um somatório de pequenos projetos muito raramente resulta num real processo de desenvolvimento de capacidades, competências e empoderamento. Seria importante que, ao nível da UE, fosse possível reabrir o debate sobre os instrumentos financeiros para se abordar a necessidade de se passar da lógica exclusiva de “projeto” para a lógica de “processo” de desenvolvimento.



A nossa experiência indica-nos que a capacitação e o empoderamento conseguem-se quando os beneficiários das ações são envolvidos desde o início.

Quais são as maiores vulnerabilidades e problemas apontados por estes coletivos de cidadãos e cidadãs e de que forma conseguem abordá-los?

A Guiné-Bissau tem um histórico bastante vulnerável, passou por instabilidade durante muitos anos e, infelizmente, os golpes são ainda sucessivos. Vemos muitos focos de desigualdade e de exclusão no acesso à água potável, sobretudo nas comunidades das regiões. Os problemas apontados pelos coletivos em Bissau têm outras naturezas, como a gestão de lixo, a vedação de hortas ou as dificuldades de construção. A nossa metodologia é inspirada no *design for change* que aprendi com Kiran Bir Sethi, na Riverside School, na Índia. A ideia é desenhar pequenos planos de mudanças, que em crioulo chamámos *Planus Pikininos di*

Mudansa – PPM, tendo já conseguido concretizar 150. Tem quatro passos, o primeiro é sentir o problema. Depois, pensar a solução para o problema. A seguir, vem uma *tchuba* de ideias e por fim, a partilha. Um bom exemplo é o caso das pessoas internadas no hospital. Como o hospital não consegue garantir refeições, as famílias têm que lhes levar comida o que é bastante delicado para quem mora longe. Os 50 mil francos (cerca de 75 euros) disponíveis por cada PPM não dariam para comprar comida para muito tempo. No processo formativo, refletimos sobre isto com uma rodada de validações de problemáticas e a solução que o grupo encontrou foi criar um pomar para plantar no jardim do hospital árvores frutíferas e plantas comestíveis que podem servir toda a comunidade.

Como é que se pode concretizar a capacitação e empoderamento destas populações?

O nosso mandato serve o desenvolvimento da sociedade civil e existe justamente para olhar e problematizar, para criticar, mas para somar forças e fazer *djunto*. O empoderamento e a capacitação devem resultar em mudanças concretas para a vida das pessoas e das comunidades. Não devem ficar em teorias ou em nomenclaturas bonitas nos projetos. Devemos ter meios de verificação e indicadores para acompanhar o efeito destes mecanismos. Não acredito em empoderamento sem empatia, especialmente nos lugares mais delicados, nas comunidades mais sensíveis ou mais vulneráveis. É preciso agir com base no coração, no sentir e na racionalidade.



Não acredito em empoderamento sem empatia, especialmente nos lugares mais delicados, nas comunidades mais sensíveis ou mais vulneráveis.





JOANA MARTINS

Joana Martins é licenciada em antropologia, tem um doutoramento em sociologia política e esteve vários anos dedicada à investigação, ao estudo e à lecionação sobre migrações, demografia e população. Trabalhou no acesso a dados inteligíveis e agora está na Gâmbia, a coordenar o projeto “Building a Future”.



Como e quando surgiu o projeto que a levou à Gâmbia, *Building a Future*? E quem são os principais beneficiários?

O *Building a Future: Make it in The Gambia* faz parte de um programa que se chama *TekkiFii* e que significa “Tu podes ter sucesso aqui”. É financiado pela UE no âmbito do Fundo Fiduciário para a África que foi criado para combater as causas profundas das migrações irregulares. Tem como parceiros o *International Trade Center*, a cooperação alemã GIZ, a cooperação belga Enabel e a cooperação portuguesa através do IMVF com o apoio do Instituto Camões. O objetivo do nosso projeto é criar oportunidades ao nível económico para a geração de rendimento, a criação de empregos e o aumento da empregabilidade. Temos uma componente económica dedicada sobretudo ao setor agrícola, onde trabalhamos com as áreas rurais e tentamos reforçar o tecido empresarial do setor privado. Damos apoios em géneros a jovens entre os 18 e os 35 anos e, até agora, já formámos 200 jovens em setores específicos como a horticultura, pequenos ruminantes, aves e agro-processamento. Estamos, também, em mais de 30 jardins comunitários onde estão mais de 3000 mulheres com quem trabalhamos no acesso a recursos de qualidade como sementes e fertilizantes. Independentemente de serem beneficiários diretos ou indiretos, quando trabalhamos com migrações, é fundamental trabalhar com mulheres porque muitas vezes o impulso para a saída vem de uma pressão social e familiar. Na componente de coesão social, estamos a trabalhar com rádios comunitárias e com 25 escolas do ensino básico e secundário. Apoiamos as hortas escolares, disponibilizamos equipamentos desportivos para ajudar os jovens a participar em competições e fazemos ações de sensibilização para os perigos da imigração irregular.

Quais são os maiores obstáculos que tem encontrado? Como se perspetiva o

futuro para estas populações depois do fim deste projeto, em outubro de 2022?

São tendências globais que são quase imutáveis. É expectável que um jovem que viva numa situação de pobreza ou exclusão, queira sair. Criar expectativa é fácil, mas mudar uma realidade económica e social demora anos. Não conseguimos mudar completamente um cenário económico e criar oportunidades sustentáveis apenas com um projeto de quatro anos, mas conseguimos abrir mentalidades e fazer as pessoas começar a pensar de outra maneira. É essencial haver projetos mais longos e com mais continuidade. Vamos deixar instituições que não existiam e que podem continuar e instituições que tiveram um reforço de capacidade. Todos os jovens que formamos, recebem empoderamento através de capital material e financeiro, de capital informativo e de conhecimento, e de capital social. Mas há um depois que não conseguimos controlar. Tem de haver uma estrutura institucional que seja capaz de dar continuidade aquilo que é feito.

Como é que se consegue enraizar a capacitação e o empoderamento?

Quando se fecham fronteiras, abre-se a migração informal. Quando alguns países bloquearam a reunificação familiar, passou a haver uma reunificação irregular porque as pessoas continuam a querer estar juntas e a querer ter uma vida melhor. Utilizamos muito a palavra “sustentabilidade” como se o desenvolvimento tivesse de chegar a um ponto que é a sustentabilidade. Se estamos a trabalhar em contextos como estes, é porque há uma base que ainda precisa de ser edificada. O empoderamento tem de ser contextualizado e devemos pensar de uma maneira geracional porque este é um trabalho que está sempre em curso. Nunca somos uma só coisa. Nunca somos só agentes produtivos ou só mães, por exemplo. Somos uma mistura de várias coisas e temos de olhar para a capacitação e para o empoderamento de uma maneira holística.



À LUPA

Apartheid em pleno século XXI

Mais de 30 anos depois do fim do apartheid na África do Sul, a segregação racial ainda subsiste, designadamente a praticada pelo Estado de Israel. O relatório da Amnistia Internacional é claro na identificação das leis, políticas e práticas israelitas que violam a lei internacional e os direitos humanos.

Abdul Nasser Al-Yazji tinha dois anos de idade quando morreu, em 2020, com um tumor na coluna cervical. Aos 18 meses, os médicos de um hospital pediátrico com serviço oncológico em Gaza, submeteram o bebé a um tratamento de radiologia que não resultou. Depois da recomendação dos clínicos para quimioterapia na Cisjordânia, a pedido da mãe, Jawaher Al-Yazji, as autoridades israelitas autorizaram a transferência para o hospital em Hebron. Abdul acabou por ser operado, regressou a Gaza, mas em junho de 2020 os exames médicos revelaram que o tumor tinha crescido e espalhado para o pulmão. A 8 de julho, os médicos em Gaza recomendaram que fosse transferido para o Hospital Augusta Victoria em Jerusalém, onde poderia receber tratamento médico especializado. Nesse dia a mãe pediu autorização

para viajar com o filho, mas mais de um mês depois, a 28 de agosto, ainda sem resposta das autoridades, Abdul não resistiu.

CRIME DE APARTHEID

O relato é apenas um exemplo das limitações radicais de circulação incluído no relatório da Amnistia Internacional “O regime de Apartheid do Estado de Israel contra os palestinianos: Sistema Cruel de Dominação e Crime contra a Humanidade”, divulgado em fevereiro deste ano. O documento identifica a discriminação institucionalizada cometida em Israel, nos Territórios Palestinos Ocupados e contra refugiados palestinianos, que equivale a um sistema de apartheid, bem como graves violações dos direitos humanos, que configuram os crimes de apartheid e crimes contra a humanidade.

A utilização da palavra, tristemente celebrizada pela África do Sul, relativamente a Israel é implicitamente demonstrada pelas declarações de Benjamin Netanyahu quando, em 2019, proferiu que “Israel não é um estado de todos seus cidadãos... [mas antes] o Estado-nação do povo judeu e somente deles”. Mas a aplicação da expressão ‘apartheid’ para caracterizar o regime israelita não é propriamente recente. Em 2006, o antigo presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter argumentou no seu ‘bestseller’ “Palestina: Paz, Sim. Apartheid, Não”, que o controle contínuo de Israel e a construção de colonatos têm sido os principais obstáculos para um acordo de paz abrangente no Médio Oriente. Também a organização B’Tselem, centro de informação israelita para os direitos humanos nos territórios ocupados, escrevia no ano passado que as políticas israelitas visam avançar e perpetuar a supremacia de um grupo – judeus – sobre outro – palestinos -, estabelecendo um regime de apartheid.

CONDENAÇÃO TEM DÉCADAS

O relatório da Amnistia Internacional revela, como referiu a secretária-geral Agnès Callamard, a verdadeira extensão

da segregação em Israel. A dirigente acrescenta que os palestinianos são tratados como um grupo racial inferior e, sistematicamente, privados de seus direitos, quer vivam em Gaza, em Jerusalém, no resto da Cisjordânia, ou em Israel. O documento invoca a Convenção Internacional para a Supressão e Punição do Crime de Apartheid, ratificada pela Assembleia das Nações Unidas em 1973, onde se estabelecia que o crime de apartheid se aplicava aos atos desumanos cometidos com o objetivo de estabelecer e manter a dominação de um grupo racial de pessoas sobre qualquer outro, designadamente através de medidas destinadas a dividir a população pela criação de reservas e guetos. O relatório da Amnistia Internacional suporta-se ainda no Estatuto de Roma que instituiu o Tribunal Penal Internacional (TPI) e onde, no seu artigo relativo a ‘Crimes contra a Humanidade’, se estabelecem vários atos cometidos num quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, entre os quais o crime de apartheid. O TPI esclarece que este crime se configura quando praticado no contexto de um regime institucionalizado de opressão e domínio sistemático de um grupo rático sobre um ou outros.

INÉRCIA INTERNACIONAL

No seu relatório, a Amnistia Internacional invoca a atuação do Tribunal Penal Internacional para considerar a aplicabilidade do crime de apartheid contra a humanidade incluído nas investigações em curso desde 2014. Ao mesmo tempo, no documento lamenta-se que, apesar das inúmeras resoluções do Conselho de Segurança da ONU, a comunidade internacional não adote nenhuma ação significativa para responsabilizar Israel pelas suas violações sistemáticas, generalizadas e crimes contra a população da Palestina.

A Amnistia Internacional redigiu uma carta para enviar ao atual primeiro-ministro israelita Naftali Bennett, com assinaturas recolhidas em todo o mundo, onde se expressa a preocupação com os palestinianos que vivem sob o apartheid, particularmente os mais de 150 mil que estão em risco de perderem as suas casas. Na missiva, a organização insiste com o governante para que cancele todas as ordens de desalojamentos e demolições e que ponha fim à deslocação forçada de palestinianos.



© Activestills



Defensores ambientais nas Honduras em liberdade

No dia 24 de fevereiro, um tribunal em Trujillo, nas Honduras, ordenou a libertação dos defensores ambientais, conhecidos como o grupo de Guapinol, que estavam injustamente atrás das grades. Depois de dois meses de julgamento, José Daniel Márquez, Kelvin Alejandro Romero, José Abelino Cedillo, Porfirio Sorto Cedillo, Ewer Alexander Cedillo, Orbin Nahún Hernández, Arnol Javier Alemán e Jeremías Martínez Díaz estão finalmente em liberdade! Os oito elementos chegaram a cumprir mais de dois anos de prisão, numa clara tentativa de intimidação a todos os que pacificamente defendem o direito à água e a um ambiente saudável nas Honduras.

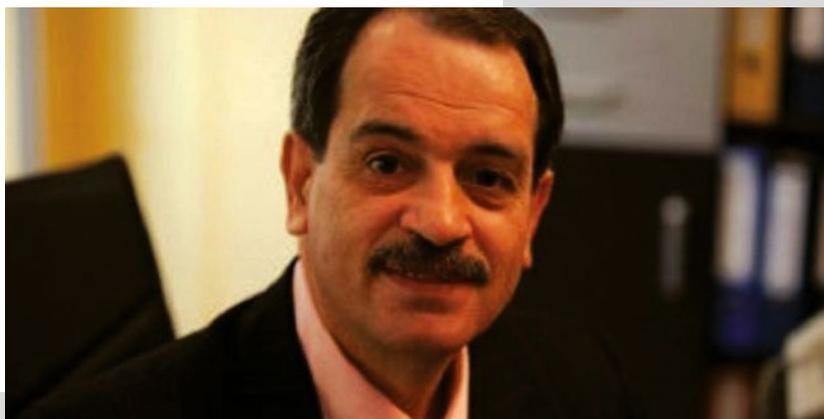


© DR

Guapinol Resistie

Dawood al-Marhoun saiu do corredor da morte e foi libertado

Em maio de 2021, Dawood al-Marhoun, na altura com 17 anos de idade, foi preso por participar em manifestações contra o governo. Foi condenado à morte em 2015, mas, em 2021, a sua condenação foi anulada e, em fevereiro, na sequência de uma intensa campanha da Amnistia Internacional, foi libertado!



© DR

© DR



Defensora de direitos humanos Atena Daemi finalmente em liberdade

Atena Daemi, ativista iraniana contra a pena de morte e defensora dos direitos das mulheres, foi presa em 2014 pelas suas ações pacíficas (distribuiu panfletos contra a pena de morte e criticou nas redes sociais o recorde atroz de execuções no país). No seguimento de uma intensa campanha pela sua libertação, tendo inclusive sido um caso da Maratona de Cartas de 2018, a sua pena de prisão passou de 14 para 7 anos e, em fevereiro de 2022, foi finalmente libertada!



Autoridades polacas absolveram mulheres defensoras dos direitos das mulheres

Na Polónia, as autoridades judiciais recusaram o recurso interposto contra a absolvição das três mulheres acusadas de “ofenderem crenças religiosas” por distribuírem cartazes da Virgem Maria com uma auréola com as cores da bandeira arco-íris. Desta forma, as autoridades polacas não conseguiram reverter a decisão de “inocentes” e as três defensoras de direitos humanos permanecem...inocentes!

© Grzegorz Żukowski



EUA recuam na implementação da “China Initiative”

Em 2021, na sequência de um tiroteio que tinha como alvo, sobretudo, mulheres de ascendência asiática, a Amnistia Internacional declarou que estava no momento de terminar com o ódio para com pessoas de ascendência asiática. Nesse sentido, lançou uma campanha para pressionar o governo norte-americano a terminar com uma política conhecida por “China Initiative” que, claramente, discriminava pessoas

chinesas, de ascendência asiática ou pessoas com dupla nacionalidade. Em março de 2022, e com o contributo das ações da Amnistia Internacional, essa política chegou ao fim! Segundo as autoridades norte-americanas, à luz das preocupações sobre a possibilidade dessa política estar a alimentar discurso de ódio, foi iniciado um processo para rever a política e alterá-la para uma abordagem mais adequada.

© 2021 SOPA Images



© DR

Baradine Berdei Targuio está finalmente em total liberdade

No dia 10 de junho de 2021, depois de 17 meses atrás das grades, em regime de detenção arbitrária, Baradine Berdei Targuio foi libertado. Contudo, saiu apenas em liberdade condicional, com uma proibição de viajar e uma ordem que o impedia de falar com órgãos de comunicação social e ONG como a Amnistia Internacional. No entanto, no início de 2021, Beradine foi uma das 44

pessoas que recebeu uma amnistia por parte do Presidente do Chade, o que significa que, agora sim, está totalmente em liberdade! O próprio referiu a importância do apoio que recebeu, numa mensagem que partilhou nas suas redes sociais, nomeadamente “(...) a determinação, otimismo e perseverança dos ativistas da Amnistia Internacional (...) que me acompanharam do início ao fim”.



GPS

Violações dos direitos humanos no Cazaquistão

Manifestantes foram detidos de forma arbitrária, por protestarem pacificamente contra a subida de preços da gasolina.

No início de janeiro de 2022, vários manifestantes reuniram-se pacificamente para protestar contra a escalada de preços da gasolina que se fez sentir no Cazaquistão. No entanto, o manifesto, que começou por este motivo, evoluiu para outro tipo de razões sociais e políticas, tais como “a corrupção, a estagnação política, e a injustiça” no país.

Em resposta a esta expressão de desagrado por parte dos manifestantes, o Presidente Kassym-Jomart Tokayev instruiu os militares e forças de segurança a abrir fogo sobre os cidadãos, sem aviso, tendo provocado vários mortos e feridos. Para além disto, quando os manifestantes reagiram às autoridades governamentais, estas cortaram o acesso à internet, impedindo assim o acesso à comunicação e à informação.

A Amnistia Internacional já manifestou a sua preocupação com esta situação, que se traduz numa forte restrição ao acesso à informação, detenções arbitrárias e tratamento ilegal e desumano dos detidos, com um elevado

número de mortos já contabilizados: “as autoridades cazaques devem libertar os jornalistas e ativistas que foram arbitrariamente detidos pela cobertura dos protestos em massa por todo o país. Devem ainda fornecer informação sobre todas as detenções relacionadas com os protestos e assegurar que são respeitados os direitos humanos dos detidos”, pode ler-se em comunicado.

Também a diretora da Amnistia Internacional para a Europa de Leste e Ásia Central, Marie Struthers, referiu na altura, que “o silêncio das autoridades quanto ao número de vítimas da recente instabilidade e às circunstâncias das suas mortes é revoltante” e que “a Amnistia Internacional continua profundamente preocupada com a forma como o presidente Tokayev culpou, na televisão nacional, jornalistas e defensores de direitos humanos por incitarem à agitação”, mas também com “as condições de detenção e os fundamentos para a detenção de milhares de pessoas.” Concluiu assim dizendo que “todos aqueles



arbitrariamente detidos apenas por terem participado nos protestos, devem ser libertados imediatamente. Têm de ser providenciados julgamentos justos, de acordo com o direito internacional de direitos humanos, aos manifestantes acusados de cometer crimes reconhecidos internacionalmente por comportamento violento. Por outro lado, todos os relatos de maus-tratos por parte das autoridades necessitam de ser efetivamente investigados, com responsabilização para quem os tenha cometido.”

O QUE SE PASSA NO CAZAQUISTÃO NESTE MOMENTO?

A situação parece ter acalmado, com a ordem nas ruas restabelecida. O bloqueio à internet foi cancelado e as formas de comunicação entre a população recuperadas, no entanto, o governo procedeu a deteção em massa, indiscriminadamente, tanto de manifestantes pacíficos, quanto de pessoas que se manifestaram violentamente. Pelos dados oficiais, cerca de 10 mil pessoas teriam sido

detidas até à data de 11 de janeiro. O número de pessoas que se encontravam nesta situação baixou, entretanto, segundo declarações do presidente em 20 de janeiro, para cerca de duas mil. No entanto, é necessário que se responda prontamente a quantos destes detidos eram manifestantes pacíficos, já que existem leis restritivas de proibição de manifestações e ajuntamentos. Também é necessário saber quais as acusações de que são alvo, quais as provas que se têm para estas acusações em que condições as pessoas se encontram detidas, e se têm tido acesso a advogados de defesa. Se têm sido levados prontamente a tribunal para que se reveja se a sua detenção é legal, e se têm tido acesso a comunicar com o mundo exterior, nomeadamente com familiares e amigos. Sem resposta a estas questões, a comunidade internacional teme o pior.

Segundo as leis do país, as manifestações, mesmo pacíficas, necessitam ser comunicadas às autoridades, sendo necessária a sua permissão, mas estas têm sido negadas de forma recorrente, e também

arbitrária. Os protestos espontâneos, mesmo que pacíficos, são assim ilegais. As pessoas que se manifestaram pacificamente, poderão ser, segundo esta lei, pesadamente multadas e detidas até 10 dias (25 se este “crime” tiver sido cometido mais do que uma vez durante o ano). Isto traduz-se em mandados de prisão para estas pessoas, mesmo por um curto espaço de tempo, apenas por se exercer o seu direito à liberdade de expressão e de manifestação pacífica.

O Cazaquistão tem um historial de restrições às liberdades civis, e de violações dos direitos humanos, tal como tinha sido reportado pela Amnistia Internacional em 2020. Os direitos à liberdade de expressão são severamente restritos e limitados. Há relatos de tortura e tratamentos cruéis, a comunidade LGBTI sofre de estigma e abusos, assim como as pessoas com deficiências, que são privadas dos seus direitos. Também a crise pandémica piorou o acesso à educação e aumentou o trabalho infantil. Quem defende os direitos humanos na região, vê-se frequentemente perseguido, e sofre processos por difamação.

Fazer com que chova onde mais é preciso

Há uns anos, numa entrevista, o escritor António Lobo Antunes contava que, quando trabalhava num hospital psiquiátrico, uma noite, foi chamado a uma enfermaria para atender a uma crise de um paciente. Este gritava à janela, “Mais para cima! Mais para a esquerda! Um pouco mais para baixo agora!”. O escritor perguntou-lhe para quem estava a gritar e porque dava aquelas orientações. O paciente respondeu-lhe “Então não se está mesmo a ver, doutor, estou a gritar para as nuvens.” “E para quê?”, perguntou-lhe. “Para fazer com que chova onde mais é preciso.” Nessa mesma entrevista, disse António Lobo Antunes, que ali aprendeu uma grande lição, porque para ele a Literatura servia para isso mesmo, para fazer com que chova onde mais é preciso.

Talvez a Amnistia Internacional sirva exatamente o mesmo propósito, o de fazer com que chova onde mais é preciso. Acreditamos que é esse o nosso propósito e que é em nome dessa necessidade da “chuva” que todos os dias, membros, apoiantes e ativistas se dedicam a esta missão que é a defesa dos Direitos Humanos.

Em conjunto fizemos com que “chovesse” no corredor da morte onde aguardava Moses Akatugba pelo desfecho de uma sentença injusta e arbitrária.

Em conjunto fizemos com que “chovesse” em Myanmar, para que o Dr. Tun Aung fosse libertado ao fim de 17 anos de uma prisão sem qualquer fundamento.

Em conjunto fizemos com que “chovesse” no Bahrain, para que crianças julgadas como adultos fossem libertadas da prisão.

Em conjunto fizemos com que “chovesse” no Iraque, pressionando para a aprovação da Lei das Sobreviventes Yazidis, que estabelece o quadro de reparações para os/as sobreviventes dos ataques do Estado Islâmico, em particular as mulheres e raparigas vítimas de violência sexual.

Em conjunto fizemos com que “chovesse” na África do Sul, através de 341.000 assinaturas recolhidas em todo o mundo, para que fosse aberta pela polícia a investigação da morte das melhores amigas Popi Qwabe e Bongeka Phungula em 2017.

Em conjunto fizemos com que “chovesse” no Burundi, com a libertação do defensor de direitos humanos Germain Rukuki, preso pelos seus protestos pacíficos.



O defensor de direitos humanos Germain Rukuki voltou para junto da sua família no sábado, 5 de fevereiro de 2022. Germain foi condenado a 32 anos de prisão pelo seu trabalho de direitos humanos. Foi libertado depois de quatro anos preso.

Em conjunto fizemos com que “chovesse” no Paquistão, com a absolvição de Shafqat e Shagufta Emmanuel, um casal cristão que passou sete anos no corredor da morte sob acusações de blasfémia.

Em conjunto fizemos com que “chovesse” na Califórnia, com a libertação de Maura Martínez, uma mulher transexual, que esteve mais de dois anos presa numa instalação de detenção de migrantes, onde foi abusada e lhe foram negados cuidados médicos adequados.

Queremos continuar a contribuir para estas vitórias, criando terreno fértil, também aqui em Portugal, e por isso aprovámos o nosso Plano Estratégico, para que todos e todas, continuemos a dar ordens às nuvens para que chova onde mais é preciso! Vamos continuar a agir pela liberdade de expressão, pela liberdade de manifestação, pelos direitos de todas as pessoas, qualquer que seja a sua origem, circunstância ou posição social. Vamos continuar a reagir a todas as violações de direitos humanos! E contamos com cada um/a de vós!

Obrigado a todos/as vós, “deuses” da chuva, por acreditarem que as nuvens se podem mover só porque insistimos para que elas o façam, obrigado a vocês, que gritam em conjunto bem alto para o céu que exigimos que chova onde mais é preciso!



2021 EM RETROSPETIVA PELA DEFESA DE DIREITOS HUMANOS

Neste ano de 2022, continuamos focados nos objetivos que traçámos. Todos os dias trabalhamos por quem ainda não pode beneficiar de uma vida livre e plena de direitos. Todos sabemos o quanto é possível alcançar com a liberdade que temos, por fazermos parte deste movimento. É por isso que temos de olhar para o que já foi feito, para podermos alcançar as metas a que nos propusemos para este ano, que se iniciou com tantos desafios e onde já somos mais necessários do que nunca.

Assim, partilhamos consigo o que andámos a fazer em 2021 e como direccionámos os nossos esforços para manter e desenvolver os compromissos até agora alcançados, porque para nós, é muito importante que esteja informado e que saiba onde tem

tido investida a sua generosidade, apoio e envolvimento. Neste ano que passou, quisemos muito crescer para conseguirmos expandir as nossas atividades e isso baseou-se também, em ações desenvolvidas pelo nosso Departamento de Angariação de Fundos. Por isso, criámos campanhas para angariação de donativos pontuais e regulares, realizámos contactos para aumentar os nossos donativos e recuperar antigos apoiantes, recebemos pedidos por telefone e por e-mail e tentámos dar resposta a todas as questões que foram surgindo. Quisemos chegar mais longe, planeando uma nova viagem do apoiante, para que saiba a todo o momento o que estamos a fazer. Trabalhámos de perto com os nossos recrutadores, para que todas as pessoas com quem nos cruzámos

tivessem a possibilidade de, não só se juntarem a nós, mas também, e, acima de tudo, ouvirem e debaterem temas relacionados com Direitos Humanos.

Fomo-nos preparando para a divulgação da campanha de IRS, que já teve início e para a qual deixamos também o nosso apelo, dando força ao movimento através da sua consignação. Tudo, para garantirmos que o mundo se torne num sítio mais seguro, pleno de liberdades individuais e respeito pelas liberdades de todos. Queremos que esta chama que nunca se apaga e que representa a luz que ilumina os abusos de direitos humanos e os expõe, chegue a todas as comunidades e famílias que dela precisarem. Continuamos a investigar, a denunciar e a expor, por todos nós, por si.

EMERGÊNCIA UCRÂNIA

HÁ VIDAS EM RISCO E AS

SIRENES NÃO PARAM DE TOCAR

**HOJE O SEU DONATIVO É MAIS
IMPORTANTE DO QUE NUNCA PARA
PROTEGER AS PESSOAS NA UCRÂNIA!**

COMO ESTAMOS A ATUAR

- Estamos no terreno e documentámos onze ataques indiscriminados.
- Criámos uma petição que conta já com mais de 40 000 assinaturas para pressionar os líderes e decisores políticos.
- Criámos um fundo de emergência que fornece apoio legal e médico, segurança e proteção às pessoas que estão em perigo iminente.

**ESTE NÃO É UM ATAQUE À UCRÂNIA.
É UM ATAQUE À LIBERDADE! É UM ATAQUE A TODOS NÓS...**

AJUDE COM O SEU DONATIVO

Entidade: 21721

Referência Multibanco:

Montante: o que puder

MB WAY 939 076 340 IBAN: PT50 0036 0103 99100000985 88

Envie, por favor, a indicação do seu donativo com o nome “Emergência Ucrânia” para o e-mail info@amnistia.pt ou para Rua de Remolares, 7, 2º, 1200-370 Lisboa para lhe podermos enviar mais informação sobre este conflito.

Saiba mais em:

www.amnistia.pt/emergencia-ucrania

**AMNISTIA
INTERNACIONAL**

